

NOVA REALIDADE POLÍTICA NOS AÇORES

Conheça as respostas
às questões colocadas pelo SPRA



EDITORIAL

Luisa Cordeiro, Vice Presidente do SPRA

Unidos conseguimos!

Unidos conseguimos! Lema do Manifesto Eleitoral da Lista A, única candidata às Eleições para os Corpos Gerentes do Sindicato dos Professores da Região Açores - triénio 2020-2023 -, que tiveram lugar no passado dia 30 de Outubro e que contaram com um nível de participação muito significativo, à semelhança, aliás, do que tem vindo a acontecer, denotando um claro reconhecimento do trabalho determinado, consequente, empenhado e responsável desenvolvido pelo SPRA, ao longo dos tempos, em prol dos/as Educadores/as e Professores/as nos Açores, em particular, e da Educação, em geral, bem como a confiança que os sócios depositam em quem está à frente dos destinos deste Sindicato.

Importa salientar que, para fazer face aos constrangimentos que a pandemia pudesse causar, também a este nível, pela primeira vez, nos 42 anos de existência oficial do SPRA (fundado em 2 de Outubro de 1978 e com muito trabalho realizado desde 1974), foi possível o recurso ao voto eletrónico não presencial, o que não impediu, contudo, o funcionamento, em segurança, das mesas eleitorais nas escolas.

Decorrente do ato eleitoral, teve lugar, a 13 de Novembro, a Tomada de Posse dos Corpos Gerentes do SPRA, realizada, como habitualmente, de forma descentralizada, em cada uma das oito áreas sindicais que compõem o Sindicato dos Professores da Região Açores, dada a descontinuidade geográfica que nos caracteriza, ficando, assim, concluído mais um processo eleitoral, que constitui, sempre, um momento importante de afirmação da saúde democrática das instituições.

Iniciamos, assim, um novo mandato!

Um mandato num contexto pós - Eleições Legislativas Regionais, que deram lugar a um quadro político inédito nos Açores - um Governo de Coligação, formado por três partidos, com acordo de incidência parlamentar com mais dois;

Um mandato em que o SPRA continuará a fazer o seu

caminho, exigindo do novo elenco governativo a resolução dos problemas que tardam em ser resolvidos e que muito infernizam a vida dos/as docentes. Fá-lo-á, como sempre o fez, com toda a firmeza e convicção, advenientes da justa das suas reivindicações. Desde logo, lembrará a Assembleia Legislativa Regional dos Açores de que a Petição, entregue no início do ano letivo passado, sobre a uniformização dos horários e das reduções da componente letiva por tempo de serviço e idade, para todos os níveis e ciclos de ensino, terá de ser, forçosamente, uma realidade, tendo em conta as respostas ao SPRA, sobre o assunto, por parte, nomeadamente, dos partidos que agora integram o Governo de Coligação, que foram perentórios em relação a esta matéria, pelo que só exigiremos que sejam consequentes com os compromissos assumidos;

Um mandato no contexto da pandemia que atormenta as nossas vidas e que se iniciou, precisamente, no dia em que o Conselho do Governo determinou o encerramento de dezanove escolas na Ilha de S. Miguel. Num contexto em que teremos de enfrentar os velhos problemas, que se aprofundam, e os novos problemas que surgem.

Estejamos, pois, preparados para combater, entre outros, o ataque eminente à nossa carreira, a precariedade, a desregulação dos nossos horários e o sobretabalho, a discriminação a que estão sujeitos os docentes contratados a termo, no que diz respeito aos índices remuneratórios pelos quais auferem, à não aplicação das reduções da sua componente letiva por idade e antiguidade, num claro desrespeito pelo estipulado no ECD na RAA e, também, ao não acesso ao pagamento da compensação pela caducidade do contrato a termo certo, nos mesmos moldes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e do Código do Trabalho.

A pandemia de Covid-19, que pôs a descoberto muitos dos problemas já anteriormente por nós identificados, não justifica tudo!

Lutemos unidos, porque **unidos conseguimos!** ●



FICHA TÉCNICA

Director:

António Lucas

Conselho de Redacção:

Antónia Coelho | Vitória Fonseca |

João Natal | Filipe Campos |

António Dutra | Alice Ferreira |

Nátacha Ferreira

Editor:

Fernando Vicente

Paginação e Tratamento Gráfico:

Tiago Madeira

Revisão:

Luisa Cordeiro, Vitória Fonseca

Colaboração regular:

José Paulo Oliveira (Jornalista)

Propriedade e Edição:

Sindicato dos Professores da Região

Açores (SPRA);

Bimestral

Tiragem média:

2.250 exemplares

Impressão e acabamento:

Nova Gráfica, Lda

Dep.Legal:

206452/04

III Série

Distribuição gratuita aos sócios do

SPRA

Membro da FENPROF

www.spra.pt

GRISPRÁ:

Gabinete de Recursos e Informação

do Sindicato dos Professores

ÁREAS SINDICAIS

STA. MARIA

R. Leandres Chaves, 12 C

9580-533 Vila do Porto

tel: 296 882 118

smaria@spra.pt

S. MIGUEL

Av. D. João III, Bloco A, nº 10, 3º

9500-310 Ponta Delgada

tel: 296 205 960 | fax: 296 624 698

smiguel@spra.pt

TERCEIRA

Canada Nova nº 21, Sta Luzia

9700-130 Angra do Heroísmo

tel: 295 215 471 | tlm: 961 362 236

spraterceira@spra.pt

GRACIOSA

R. Dr. Manuel Correia Lobão, nº 22

9880 Santa Cruz Graciosa

tel: 295 712 886 | fax: 295 712 886

graciosa@spra.pt

S. JORGE

Rua: Dr Manuel de Arriaga, S/N

9800-549-VELAS

tel: 961 608 587

sjorge@spra.pt

FAIAL

Rua da Vista Alegre, fração V/W

9900-071 HORTA

tel: 292 292 892

faial@spra.pt

PICO

R. José Martins Garcia

9950-302 Madalena do Pico

tel: 292 623 000

pico@spra.pt

FLORES e CORVO

R. Fernando Mendonça, 2 R/C

9970-332 Sta Cruz das Flores

tlm: 924 479 318

flores@spra.pt

Regional

ENTREVISTA

António Lucas,
Presidente do SPRA:

“Nada é tão eficaz como a presença de sindicalistas nas escolas ou a forte participação nos plenários”

“Tendo em conta a postura do SPRA, independentemente de quem governa, os nossos associados poderão contar com a garantia de que as nossas propostas se mantêm e serão apresentadas ao novo Governo, como o foram ao anterior, até na perspectiva de que o futuro Executivo resolverá questões pendentes que não foram resolvidas pelo anterior”, sublinha António Lucas, em entrevista ao SPRA Informação. A recente eleição da nova Direção do Sindicato dos Professores da Região Açores, os desafios que o SPRA enfrenta na atualidade e os compromissos assumidos para o próximo mandato são temas em foco no diálogo com o dirigente sindical.



Como é que os sócios do SPRA reagiram à mensagem da candidatura “Unidos Conseguimos!”?

António Lucas (A.L.) – O SPRA é uma instituição sólida do ponto de vista financeiro, respeitada pelos sucessivos governos, pela sociedade açoriana e pelos docentes. Temos um passado de propostas fundamentadas, assertivas e exequíveis.

Temos um conjunto de ganhos profissionais que substanciam, sobretudo, a confiança que os docentes têm nas sucessivas equipas que têm liderado esta estrutura sindical. Parece-me natural que os associados vejam numa lista que é de continuidade a certeza de que com os mesmos caminhantes se faça o melhor percurso!

Que balanço geral fazes ao trabalho do SPRA, nos últimos três anos? Último mandato...ou mandatos.... Foi possível concretizar reivindicações importantes...

A.L. - Gostaria de recordar os últimos 9 anos (3 mandatos), sobretudo para abranger o período da Troika/PSD/CDS e lembrar que os Governos Regionais tinham maioria absoluta na ALRAA.

Graças ao SPRA, foi possível a assunção, por parte do Governo Regional, de que nenhum funcionário da Administração Regional iria para o quadro de mobilidade, tendo sido garantidos todos os postos de trabalho, durante o período da Troika. Nesse mesmo período, e apesar da norma dos sucessivos orçamentos de estado de que para entrar um funcionário para

os quadros da administração pública, tinham que sair dois, foi possível pôr no quadro trezentos e quinze docentes, à razão, aproximadamente, de cem ao ano, entre 2012 e 2014.

2015 foi um ano importante...

A.L. - Sem dúvida! Em 2015, negociámos um ECD sem quotas na avaliação, com os créditos da formação desanexados da progressão, sem vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões, com um processo avaliativo baseado num relatório crítico e com aulas observadas apenas nas candidaturas às menções de Muito Bom, Excelente ou haja indícios de avaliação de Regular ou Insuficiente. Conseguimos, ainda, que as reduções da componente letiva por idade e antiguidade

António Lucas sublinha uma reivindicação fundamental do SPRA, “presente em todos os processos negociais de revisão do ECD e em petições à ALRAA, que se consubstancia na igualdade de horários e reduções da componente letiva por idade e antiguidade, para todos os docentes, independentemente do seu ciclo ou nível de ensino. Uma vez mais, este é um desiderato que se mantém nas propostas da Lista A para o próximo triénio.”



fossem contabilizadas para apuramento das necessidades permanentes do Sistema Educativo Regional. Em 2017, negociámos um diploma de concursos anuais (interno e externo) e flexibilizámos um conjunto de normas mais favoráveis para os docentes. No âmbito do combate à precariedade, entre 2016 e 2020, conseguimos a abertura de 400 vagas nos quadros de unidade orgânica. Em 2018, conseguimos a recuperação dos sete anos congelados, à razão de 426 dias por ano, entre 2019 e 2024, e sem estar dependente de cabimento orçamental

Dos compromissos assumidos pela Lista A para o próximo mandato, que matérias queres destacar?

O SPRA tem alertado para o envelhecimento do pessoal docente na Região. Podes dar alguns pormenores dessa situação? E que soluções se impõem para responder ao problema?

António Lucas - Quando fizemos a última revisão do ECD, em 2015, alertámos a tutela para este problema e para a sua agudização. As causas são variadas e não vale a pena a sua descrição exaustiva, até porque são do conhecimento público. Assim, centremo-nos nas soluções:

- Valorização material e social da profissão;
- Incentivos à fixação de pessoal docente;
- Incentivos à formação inicial de pessoal docente (propinas, residência estudantil e bolsas)

A.L. - Nos últimos dez anos, temos mantido uma reivindicação, presente em todos os processos negociais de revisão do ECD e em petições à ALRAA, que se consubstancia na uniformização de horários e reduções da componente letiva por idade e antiguidade para todos os docentes, independentemente do seu ciclo ou nível de ensino. Uma vez mais, este é um desiderato que se mantém nas propostas da Lista A para o próximo triénio.

Sendo uma direção de continuidade, há renovação na composição dos órgãos do Sindicato?

A.L. - Há alguma renovação, aliás, temos tentado fazê-lo desde sempre e com alguns pequenos êxitos. A dificuldade é

conseguir manter os novos na ação do dia-a-dia na escola e no trabalho sindical, isto num quadro de forte limitação de créditos sindicais. Quem anda nesta vida, sabe que para se fazer um quadro sindical são necessários anos e não meses!

Como correu o voto eletrónico, grande novidade nestas eleições do SPRA?

A.L. - O voto eletrónico pretendeu ser uma alternativa de combate à provável abstenção provocada pela pandemia. Sabíamos que teríamos dificuldades de acesso aos docentes nas escolas pelas novas rotinas de ocupação de espaços e de limitação da mobilidade e de ajuntamentos. O voto eletrónico, apesar de tudo, permitiu que cerca de 19% dos eleitores votassem nesta modalidade. Podemos dizer que não tendo sido um sucesso de participação, também não foi um fracasso, até porque foi a primeira vez.

A recente abertura de uma nova sede na cidade da Horta é, sem dúvida, um sinal da dinâmica do SPRA. Podes dar uma ideia do que é hoje o Sindicato, em termos de instalações, estruturas de apoio, organização...

A. L. - Ao longo dos anos, o SPRA tem vindo a trilhar um caminho no sentido da sua consolidação e coesão. Este percurso tem resultado num apoio aos sócios com mais condições, também, em termos de instalações. São exemplo disto, a

“O maior problema organizacional que temos prende-se com a limitação dos créditos sindicais que sobrecarrega os dirigentes a tempo inteiro e dificulta a entrada de novos quadros sindicais.”

finalização da aquisição da sede da Graciosa e, agora, a aquisição da sede do Faial, sem comprometer a solidez financeira do Sindicato e das suas Áreas Sindicais. Nos últimos 3 anos, reativamos o centro de formação PROFE, com dezenas de ações de formação anuais e gratuitas para os associados.

A recente eleição para a Assembleia Legislativa Regional trouxe, em termos de política educativa, algumas novidades...?

A. L. - Sabemos que será dada posse a um Governo de coligação constituído pelo PPD/PSD, CDS-PP e PPM (nova AD), sabemos que foi conseguido um acordo parlamentar para viabilização do Governo que envolve também a IL e o Chega, que somarão os 29 deputados que garantem a maioria parlamentar. Em termos práticos, existe um acordo de governação e outro parlamentar, envolvendo, respetivamente, três e cinco partidos; trata-se de uma solução nunca experimentada e que, na minha opinião, tem todas as condições para ter uma vida curta. Do ponto de vista sindical, poderá vir a criar-nos novos problemas, como o desinvestimento no ensino público,

geralmente associado ao discurso da liberdade de escolha de estabelecimento de ensino, por parte dos pais; alteração do regime da gestão democrática dos estabelecimentos de ensino público ou a eventual categorização da carreira docente, disfarçada pelo discurso do mérito, considerando algumas das bandeiras da direita. Tendo em conta a postura do SPRA, independentemente de quem governa, os nossos associados poderão contar com a garantia de que as nossas propostas se mantêm e serão apresentadas ao novo Governo, como o foram ao anterior, até na perspectiva de que o futuro Governo resolverá questões pendentes que não foram resolvidas pelo anterior.

Como é que as escolas e os profissionais da Educação na RAA têm enfrentado as situações provocadas pela Covid19?

A. L. - Embora as medidas sejam as mesmas do Continente e o incumprimento institucional também, aqui, na Região, temos duas vantagens: as turmas, em média, são mais pequenas e talvez o facto de estarmos dispersos geograficamente seja também, uma vantagem, em relação ao Continente. Em relação à comunidade escolar, a Região está a ter uma postura muito diferente da do Continente, para melhor.

O sindicalismo continua a ser uma expressão fundamental da vida democrática. No caso do sindicalismo docente, há desafios no campo da organização, dos métodos de trabalho, da comunicação e informação, da mobilização e na ligação direta aos professores e educadores nos locais de

trabalho... Como é que a Direção eleita encara estes desafios?

A.L. - Apesar das novas tecnologias de comunicação, nada é tão eficaz como a presença de dirigentes e delegados sindicais nas escolas ou a forte participação que temos nos plenários. As novas tecnologias de comunicação são tão complementares como o ensino a distância é para o ensino presencial. Volto a frisar que o maior problema organizacional que temos se prende com a limitação dos créditos sindicais, que sobrecarrega os dirigentes a tempo inteiro e dificulta a entrada de novos quadros sindicais.

A CGTP-IN fez 50 anos. Que mensagem queres deixar a propósito desta efeméride?

A. L. - Nunca devemos esquecer que a CGTP-IN nasce em plena “primavera marcelista”. O facto de estarmos a comemorar o seu quinquagésimo aniversário lembra-nos exatamente isso, lembra-nos uma época em que o exercício da atividade sindical, fora dos cânones do corporativismo, poderia levar à prisão e/ou a uns dias de pancada, num qualquer calabouço da PIDE/DGS. Uma organização de trabalhadores que nasce e floresce em pleno período do fascismo merece o nosso reconhecimento e agradecimento, à instituição e aos homens e mulheres que puseram a sua liberdade e integridade física em risco e que contribuíram para que a CGTP-IN fosse aquilo que é hoje, a maior e mais representativa organização de trabalhadores do país, com desideratos que vão para além da luta entre o valor do capital e o valor do trabalho e que assentam na construção de uma sociedade cada vez mais justa e igualitária. ●



No passado dia 18 de setembro foi inaugurada, na cidade da Horta, a nova sede do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA). O trabalho sindical desenvolvido no Faial passa a ter melhores condições, como realçaram os participantes na sessão ali realizada, entre os quais o Secretário Geral da FENPROF, Mário Nogueira, e o Presidente da Direção do SPRA, António Lucas.

Sensibilidade e Bom Senso

Parte II

Sensibilidade face às dificuldades que as escolas e os docentes enfrentam e bom senso que os horários e as tarefas deveriam ter em conta, por forma a mitigar o desgaste a que os docentes estão sujeitos, parecem estar arredados da Direção Regional da Educação.

Sem papas na língua, o Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) deixou esta crítica frontal ao Governo Regional no passado dia 14 de outubro, “confrontado com o conjunto de formações promovidas pela Direção Regional da Educação, no âmbito do programa ProSucesso, que terão lugar no presente ano letivo.”

A reação do SPRA mereceu ampla cobertura na comunicação social da Região, dando mesmo origem a manchettes.

Explica a Direção do SPRA: “Para além das ações que decorrem dos novos programas de Português e Matemática, crescem, por enquanto, as oficinas de formação – Em Prol do Sucesso na Aula de Inglês – explorando possibilidades, Avaliar para quê? e já anunciada oficina de formação de Física e Química. A estas formações juntam-se outras já em curso, como Cidadania e Desenvolvimento, Monitorização e Acompanhamento da Educação Inclusiva, Matemática Passo a Passo, Caminho Para Aprender Português, Programa EPIS; no âmbito das tecnologias de informação e comunicação, os programas TOPA, REDA, Ateliê do Código, Apps for Good, enfim, um conjunto interminável de projetos, programas e subprogramas.”

Horários de Trabalho desregulados, esgotantes e desmotivadores

Sabendo que, em condições normais do exercício da atividade docente, professores e educadores trabalham, regra geral, mais de 26 horas de estabelecimento e mais de 35 horas semanais, não se compreende que, numa época de dificuldades e esforços acrescidos, se peça para cumprirmos planos de formação que se desenvolvem ao longo de todo o ano, com sessões

Sindicato denuncia que excesso de formações está a perturbar escolas

Sindicato dos Professores da Região Açores critica Direção Regional da Educação por não ter em conta as dificuldades e os esforços acrescidos dos docentes

Para o SPRA, os professores estão a ser sobrecarregados pela DRE que, neste momento, em que as condições de trabalho são significativamente mais difíceis, quer no ambiente de sala de aula, quer nos trabalhos colaborativos que se realizam nas escolas, através dos projetos, mancha a pela pandemia, em que, inclusive, se agrava a falta de docentes em alguns grupos disciplinares, sobrecarregando a



Para o SPRA, os professores estão a ser sobrecarregados pela DRE.

Os professores e educadores trabalham, regra geral, mais de 26 horas de estabelecimento e mais de 35 horas semanais, não se compreende que, numa época de dificuldades e esforços acrescidos, se peça para cumprirmos planos de formação que se desenvolvem ao longo de todo o ano, com sessões online, presenciais, com trabalho teórico e colaborativo, ao longo da semana.

O sindicato denuncia que “razões há em que alguns docentes frequentam duas e, até, três formações em simultâneo, o que se revela inadmissível e insustentável”. E conclui que se torna “evidente, portanto, que, uma vez mais, a sensibilidade face às dificuldades que as escolas e os docentes enfrentam e o bom senso que deveriam ser tidos em conta nos horários e nas tarefas, aliviando o desgaste a que os docentes estão sujeitos, parecem estar arredados da Direção Regional da Educação”.

O direito/dever da tutela de formar os seus trabalhadores não pode colidir com o direito dos trabalhadores a terem um horário de trabalho compatível com o que está estipulado na Lei e com uma vida digna em termos profissionais, pessoais e familiares

online, presenciais, com trabalho autónomo e colaborativo, ao longo da semana.

Casos há em que alguns docentes frequentam duas e, até, três formações em simultâneo, o que se revela inadmissível e insustentável, alerta o SPRA

Perturbação da atividade principal do professor

“Este excesso de formações está a perturbar a principal atividade do professor, que é desenvolver o processo ensino aprendizagem. Além disso, está a criar-se nas escolas um sentimento de desmotivação e conflitualidade, que em nada beneficia a Educação”, observa a Direção sindical noutra passagem.

Depois de lembrar que “o direito/dever da tutela de formar os seus trabalhadores não pode colidir com o direito dos trabalhadores a terem um horário de trabalho compatível com o que está estipulado na Lei e com uma vida digna em termos profissionais, pessoais e familiares”, a tomada de posição do SPRA acrescenta:

“Na atual conjuntura, marcada pela pandemia, em que, inclusive, se agrava a falta de docentes em alguns grupos disciplinares, sobrecarregando os que estão no ativo, em que as condições de trabalho são significativamente mais difíceis, quer no ambiente de sala de aula, quer nos trabalhos colaborativos que se realizam nas escolas, parece-nos incompreensível sobrecarregar ainda mais os docentes.”

E conclui: “Torna-se evidente, portanto, que, uma vez mais, a sensibilidade face às dificuldades que as escolas e os docentes enfrentam e o bom senso que deveriam ser tidos em conta nos horários e nas tarefas, aliviando o desgaste a que os docentes estão sujeitos, parecem estar arredados da Direção Regional da Educação.” ●

SPRA DIZ QUE HÁ DOCENTES A FREQUENTAR DUAS E TRÊS AÇÕES EM SIMULTÂNEO

Sindicato alerta para excesso de formações para professores



EDUCAÇÃO SPRA acusa Governo Regional de falta de sensibilidade e bom senso

Segundo o SPRA, os professores já estavam sobrecarregados devido à falta de docentes em algumas disciplinas e as formações agravam a situação.

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) condena o excesso de formações obrigatórias para os docentes, no âmbito do programa ProSucesso, acusando o executivo açoriano de falta de sensibilidade e bom senso.

“Torna-se evidente que, uma vez mais, a sensibilidade face às dificuldades que as escolas e os docentes enfrentam e o bom senso que deveriam ser tidos em conta nos horários e nas tarefas, aliviando o desgaste a que os docentes estão sujeitos, parecem estar arredados da Direção Regional da Educação”, aponta, em comunicado de imprensa.

Segundo o SPRA, para além das ações de formação que decorrem dos novos programas de Português e Matemática, acrescentam-se oficinas de inglês e de física e química.

Estão também “já em curso” formações em “cidadania, desenvolvimento,

monitorização e acompanhamento da educação inclusiva”, “matemática passo a passo”, “caminho para aprender português” e outras formações de programas específicos na área das tecnologias de informação e comunicação.

“Casos há em que alguns docentes frequentam duas e, até, três formações em simultâneo, o que se revela inadmissível e insustentável”, alerta.

O sindicato lembra que, em condições normais, os docentes trabalham regra geral, mais de 26 horas de estabelecimento e mais de 35 horas semanais, por isso não compreende que, “numa época de dificuldades e esforços acrescidos, se peça para cumprirem planos de formação que se desenvolvem ao longo de todo o ano, com sessões online, presenciais, com trabalho autónomo e colaborativo, ao longo da semana”.

“Este excesso de formações está a perturbar a principal atividade do professor, que é desenvolver o processo de aprendizagem. Além disso, está a criar-se nas escolas um sentimento de desmotivação e conflitualidade, que em nada beneficia a Educação”, frisa. Por outro lado, o SPRA sublinha que a pandemia de covid-19 agravou a falta de docentes em alguns grupos disciplinares, “sobrecarregando os que estão no ativo”, que têm condições de

trabalho “significativamente mais difíceis, quer no ambiente de sala de aula, quer nos trabalhos colaborativos que se realizam nas escolas”.

“O direito/dever da tutela de formar os seus trabalhadores não pode colidir com o direito dos trabalhadores a terem um horário de trabalho compatível com o que está estipulado na lei e com uma vida digna em termos profissionais, pessoais e familiares”, reforça. ■



ANTÓNIO LUCAS SPRA diz que o excesso de formação prejudica a aprendizagem

Sindicato contra excesso de formações para professores promovidas pela Direcção de Educação

António Lucas garante que os docentes estão sobrecarregados

O SPRA - Sindicato dos Professores da Região Açores, manifestou-se ontem contra o que entende ser “excesso de formação promovida pela Direcção Regional da Educação, numa altura em que se deveria trabalhar o bom senso relativamente a esta matéria, uma vez que a principal atividade do docente, que é leccionar, poderá ser posta em causa”.

Em comunicado, o Presidente do SPRA, António Lucas, quer que por parte da tutela haja “sensibilidade e bom senso”. Sensibilidade face às dificuldades que as escolas e os docentes enfrentam e bom senso que os horários e as tarefas deveriam ter em conta, por forma a mitigar o desgaste a que os docentes estão sujeitos, mas que, segundo diz, “parecem estar arredados da Direcção Regional da Educação”.

António Lucas garante que o Sindicato dos Professores da Região Açores foi confrontado com o conjunto de formações promovidas pela Direcção Regional da Educação, no âmbito do programa ProSucesso, que terão lugar, no presente ano lectivo.

Para além das ações que decorrem dos novos programas de Português e Matemática, acrescentam, segundo o sindicato, por



enquanto, as oficinas de formação “Em Pro Sucesso na Aula de Inglês” e a já mencionado oficina de formação de Física e Química. A estas formações juntam-se outras já em curso, como Cidadania e Desenvolvimento, Monitorização e Acompanhamento da Educação Inclusiva, Matemática Passo a Passo, Caminho Para Aprender Português, Programa EPIS e, no âmbito das tecnologias

de informação e comunicação, os programas TOEA, REDA, Ateliê do Código, Apps for Good, entre outros, um conjunto interminável de projetos, programas e subprogramas”.

António Lucas lembra que, “em condições normais do exercício da actividade docente, professores e educadores trabalham, regra geral, mais de 26 horas de estabelecimento e mais de 35 horas semanais, não se

compreende que, numa época de dificuldades e esforços acrescidos, se peça para cumprirem planos de formação que se desenvolvem ao longo de todo o ano, com sessões online, presenciais, com trabalho autónomo e colaborativo, ao longo da semana”.

Dá conta de que nos Açores “há em que alguns docentes frequentam duas e, até, três formações em simultâneo, o que se revela inadmissível e insustentável”.

Para o sindicalista “este excesso de formações está a perturbar a principal actividade do professor, que é desenvolver o processo ensino aprendizagem. Além disso, está a criar-se nas escolas um sentimento de desmotivação e conflitualidade, o que se revela benéfico à Educação”.

Mais, lembra, que “na actual conjuntura, marcada pela pandemia, em que, inclusive, se agrava a falta de docentes em alguns grupos disciplinares, sobrecarregando os que estão no activo, em que as condições de trabalho são significativamente mais difíceis, quer no ambiente de sala de aula, quer nos trabalhos colaborativos que se realizam nas escolas, parece-nos incompreensível sobrecarregar ainda mais os docentes”.

N.C.



SPRA questiona os Partidos com assento Parlamentar na Assembleia Legislativa da Região Açores para a Legislatura 2020/2024

INTRODUÇÃO

Como tem sido habitual antes de todas as legislaturas, o Sindicato dos Professores da Região Açores, estrutura sindical mais representativa da classe docente na Região, solicita aos Partidos Políticos, com assento parlamentar na Assembleia Legislativa dos Açores, um conjunto de propostas para a melhoria do Sistema Educativo da Região.

Neste sentido, e para que os Professores desta Região possam aferir o posicionamento que os diversos Partidos têm para a Educação nos Açores, foram elaboradas um

conjunto de questões repartidas por 5 grandes temas estruturantes da Educação nos Açores, a saber: GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR, HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO, ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO E PROFISSIONAL, EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCENTIVOS À FIXAÇÃO DE PESSOAL DOCENTE.

Seguem-se o enquadramento destas temáticas e as respetivas questões que estão respondidas pelos Partidos a partir da página 5.

QUESTÕES COLOCADAS AOS PARTIDOS

(estas questões foram colocadas antes das eleições regionais)

1. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A Região Autónoma dos Açores é a única região do país que mantém os princípios gerais da democracia na gestão e administração escolar.

O Continente abandonou este modelo em 2008 e a Região Autónoma da Madeira tem um sistema misto. Objetivamente, estamos a falar de um modelo com processos eleitorais, colegialidade e decisões participadas versus um modelo de concentração de poderes num órgão de gestão unipessoal, o diretor, que inibe as práticas democráticas colegiais, os processos eleitorais e até a participação dos docentes nas decisões pedagógicas.

A manutenção do atual regime de gestão e administração escolar na Região Autónoma dos Açores continua a ser, para o Sindicato dos Professores da Região Açores, uma das características mais relevantes do Sistema Educativo Regional

e um sinal político de distanciamento da lógica da escola-empresa, centrada no órgão executivo unipessoal.

Apesar da defesa intransigente do modelo vigente na Região, o SPRA considera que este pode ser melhorado, nomeadamente, com a possibilidade de os Coordenadores de Núcleo da Educação Especial e de os Diretores de Turma deixarem de ser nomeados pelos Conselhos Executivos e passarem a ser eleitos, à semelhança do que acontece com os restantes coordenadores dos órgãos de gestão intermédia.

A) Compromete-se o seu partido a apresentar uma iniciativa legislativa no sentido de manter e aprofundar o atual regime de gestão escolar vigente?

B) Compromete-se o seu partido a apresentar uma iniciativa legislativa que permita, à semelhança do Continente, que o docente tutor possa ter redução da componente letiva de uma hora por cada aluno que acompanha?

2. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

As alterações introduzidas, nesta matéria, ao Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores têm, globalmente, uma avaliação positiva por parte desta estrutura sindical. Destacamos as alterações aos horários da Educação Especial, que se uniformizaram nos diversos grupos de recrutamento, e alguma flexibilização no cumprimento do horário de estabelecimento por parte dos docentes dos 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico e Ensino Secundário. Ficaram, contudo, por resolver, duas questões de princípio para esta estrutura sindical: a uniformização dos horários da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico com os restantes ciclos de ensino, bem como das reduções da componente letiva por antiguidade e pelo exercício de cargos, nomeadamente de direção de turma.

O fim do regime especial de aposentação

dos docentes em monodocência veio aprofundar a injustiça que representa a discriminação dos docentes destes níveis/ciclos de ensino, relativamente aos restantes, no que diz respeito ao acesso às reduções da componente letiva por antiguidade. O DLR que consagra a Autonomia e Gestão Flexível do Currículo e a oferta curricular do 1.º Ciclo do Ensino Básico, que, em termos práticos, veio alterar o paradigma da monodocência, permite a uniformização dos horários e das reduções da componente letiva por antiguidade. No processo negocial do ECD, bem como no âmbito da Comissão dos Assuntos Sociais, a tutela e o partido que sustenta o Governo não foram sensíveis aos argumentos apresentados pelo SPRA. Nessa sequência, em 2019, o SPRA dinamizou uma petição, com mais de dois milhares e meio de subscritores, a exigir a uniformização dos horários e das reduções da componente letiva, para todos os ciclos e níveis de ensino. Esta petição, dirigida à ALRA, recolheu pareceres favoráveis de todas as escolas que enviaram parecer para a CAS.

A) Compromete-se o seu partido a apresentar uma iniciativa legislativa com o objetivo de proceder à uniformização dos horários docentes da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico com os dos outros ciclos de ensino?

B) Compromete-se o seu partido a apresentar uma iniciativa legislativa com o objetivo de proceder à uniformização das reduções da componente letiva por antiguidade e pelo exercício de cargos dos docentes da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico com as dos outros ciclos de ensino?

3. ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO E SOLIDÁRIO E PROFISSIONAL

A Região, ao nível das instituições de solidariedade social, apresenta uma disparidade significativa dos horários de trabalho das educadoras que trabalham nestas instituições. Refira-se, ainda, que existem docentes com cargos de gestão intermédia que não beneficiam de qualquer gratificação ou redução do horário de trabalho.

A) Compromete-se o seu partido a apresentar um projeto de resolução que defenda o objetivo dos docentes em

serviço nas IPSS terem o mesmo horário de trabalho dos seus congéneres do ensino público, bem como, na sua ação institucional, a exigir que o Governo Regional envie os esforços necessários no sentido de criar condições para tal?

B) Compromete-se o seu partido a apresentar um projeto de resolução que defenda a atribuição de uma gratificação ou redução da componente letiva aos docentes em serviço nas IPSS, bem como, na sua ação institucional, a exigir que o Governo Regional envie os esforços necessários no sentido de criar condições para tal?

O Ensino Profissional é uma realidade na Região Autónoma dos Açores, abrangendo um número significativo de alunos e de docentes. São já cerca de duas dezenas de Escolas Profissionais, cada uma com dezenas de docentes, que promovem um ensino mais vocacionado para as aprendizagens e competências, com vista a uma integração mais rápida no mundo do trabalho. Estas escolas são objeto de financiamento do Governo Regional, através de Contratos Programa.

No entanto, as Escolas Profissionais são reguladas por instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho, negociados com as estruturas patronais nacionais, tais como a CNEF (Confederação Nacional da Educação e Formação) e a UMP (União de Misericórdias Portuguesas), entre outras. Os Instrumentos de Regulação Coletiva de Trabalho existentes não dignificam a carreira dos docentes que lecionam nesta modalidade de Ensino Profissional, apresentando uma carreira muito diferenciada da do Ensino Particular e do Ensino Público, que discrimina negativamente os docentes, desmotivando-os a apostar profissionalmente nesta modalidade de ensino.

Numa conjuntura marcada pelo envelhecimento do corpo docente do ensino público e pela dificuldade de contratar novos docentes para alguns grupos disciplinares, será fácil prever uma verdadeira “debandada” dos docentes do ensino profissional privado para o ensino público, pondo em causa a sobrevivência desta modalidade de ensino. Assim, torna-se urgente a aplicação de uma medida regional semelhante à que foi aplicada para as educadoras das IPSS, ou seja, a paridade da carreira (e respetivos índices remuneratórios) com a das educadoras no ensino público.

C) Compromete-se o seu partido a apresentar um projeto de resolução que defenda o objetivo de os docentes das Escolas Profissionais terem um Contrato Coletivo de Trabalho dignificador da função que exercem, bem como, na sua ação institucional, a exigir que o Governo Regional envie os esforços necessários no sentido de criar condições para tal?

D) Compromete-se o seu partido a apresentar um projeto de resolução que defenda a paridade da carreira (e respetivos índices remuneratórios) dos docentes desta modalidade de ensino com a dos que exercem funções no ensino público, bem como, na sua ação institucional, a exigir que o Governo Regional envie os esforços necessários no sentido de criar condições para tal?

4. EDUCAÇÃO ESPECIAL

O sucesso escolar, em alguns países, provém da implementação de políticas de prevenção, em detrimento da remediação, obtendo uma diminuição de custos e um aumento das oportunidades de sucesso das crianças e das suas famílias. Embora, desde 2012, e após um interregno de cinco anos, a Região tenha regulamentado a intervenção precoce, esta valência educativa mantém ainda fortes lacunas e uma qualidade diversa de ilha para ilha.

O SPRA/FENPROF elaborou um inquérito sobre a situação da Educação Especial na Região, que cobriu a totalidade das ilhas e cerca de 70% das unidades orgânicas. A principal lacuna detetada foi a falta de colocação de recursos humanos (docentes especializados, psicólogos, terapeutas da fala, técnicos de educação especial e reabilitação, entre outros), para garantir a quantidade e a qualidade do apoio previsto nos projetos educativos individuais dos alunos com necessidades educativas especiais.

A) Compromete-se o seu partido a apresentar uma iniciativa legislativa com o objetivo de reforçar os recursos humanos no âmbito da intervenção precoce?

B) Compromete-se o seu partido a apresentar uma iniciativa legislativa para o reforço dos quadros técnicos e de docentes especializados nas unidades orgânicas?

5. INCENTIVOS À FIXAÇÃO DE PESSOAL DOCENTE

O artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa considera, entre outras tarefas fundamentais do Estado: a promoção do bem-estar e da qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais; assegurar o ensino e a valorização permanente; promover o desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional, tendo em conta, designadamente, o carácter ultraperiférico dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

O artigo 81.º da Constituição da República Portuguesa refere como incumbências prioritárias do Estado, entre outras, as seguintes: promover a justiça social, assegurar a igualdade de oportunidades e operar as necessárias correções das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento; promover a coesão social e económica de todo o território nacional, orientando o desenvolvimento no sentido de um crescimento equilibrado de todos os setores e regiões e eliminando progressivamente as diferenças económicas e sociais entre a cidade e o campo e entre o litoral e o interior; promover a correção das desigualdades derivadas da insularidade das Regiões Autónomas.

Admitindo que estes imperativos constitucionais, no que diz respeito ao relacionamento entre o Estado e

a Região Autónoma dos Açores, se poderão consubstanciar, em parte, nas transferências do Orçamento do Estado para a Região, não poderemos ignorar o papel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Governo Regional, no cumprimento daquelas normas constitucionais, nomeadamente, na correção das assimetrias sociais e económicas verificadas em cada ilha e entre as diversas ilhas.

Admitindo que o principal desiderato da Autonomia Regional é o da criação de um sistema político autónomo e de proximidade, capaz de responder aos problemas específicos das populações, designadamente pelas diferenças nos seus condicionalismos geográficos; admitindo que este sistema político deve, também, zelar pela coesão social e económica e pela igualdade de oportunidades de todos os residentes nos Açores, no acesso a uma escola pública de qualidade, e minimizar as diferenças que naturalmente ocorrem pelas diversas vivências proporcionadas pelo universo de cada ilha e admitindo que a todos os alunos dos Açores devem ser disponibilizados um estabelecimento de educação e ensino, com instalações condignas, e um corpo docente estável e devidamente habilitado, considera o Sindicato dos Professores da Região Açores existirem mecanismos legais já previstos e que, sendo melhorados, poderão garantir que as escolas em que ocorra maior mobilidade docente e, conseqüentemente, maiores dificuldades em estabilizar o corpo docente, possam vir a ter um corpo docente estabilizado por largos períodos de tempo,

como, por exemplo, de nove anos ou mais.

O Sindicato dos Professores da Região Açores considera que os Incentivos à Estabilidade previstos no Estatuto da Carreira Docente, nos artigos 90.º a 95.º, constituem, desde que o seu âmbito de aplicação seja para todos os docentes em efetividade de funções ou equiparadas, um excelente instrumento de estabilização do corpo docente em ilhas ou escolas de maior mobilidade docente. Aliás, sublinhe-se, estes incentivos estiveram plasmados em Decreto Regulamentar, foram transpostos para o ECD, em 2007, e foram, na altura, elogiados pelo SPRA, pelo facto de o Governo Regional ter regulamentado uma matéria que se encontra por regulamentar, no Continente, desde 1990.

Consideramos, no entanto, que, para uma efetiva eficácia e por questões de equidade, os incentivos previstos nos artigos 90.º a 95.º do ECD na RAA necessitam de alterações ao seu âmbito de aplicação, de forma a abranger todos os docentes da unidade orgânica ou da ilha em que se pretenda a fixação de pessoal docente.

A) Compromete-se o seu partido a apresentar uma iniciativa legislativa que permita abranger todos os docentes da unidade orgânica ou da ilha em que se pretenda a fixação de pessoal docente?

B) Compromete-se o seu partido a apresentar uma iniciativa legislativa no sentido de que o Governo implemente os incentivos à estabilidade do pessoal docente previstos nos artigos 90.º a 95.º do Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores? ●

RESPOSTAS DOS PARTIDOS COM ASSENTO PARLAMENTAR NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

(antes das eleições regionais)



PS – Açores

1. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A) O atual regime de gestão escolar vigente existe por proposta do PS/Açores. De modo que, naturalmente, o PS não obsta à sua manutenção e ao seu eventual melhoramento

B) O PS/Açores compromete-se a analisar este assunto com os Sindicatos e com as Unidades Orgânicas, de modo a chegar a um consenso que sirva a todos.

2. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DETRABALHO

A) O PS compromete-se a reavaliar estas situações, durante a próxima legislatura.

B) O PS compromete-se a reavaliar estas situações, durante a próxima legislatura.

3. ENSINO PARTICULAR,

COOPERATIVO E SOLIDÁRIO E PROFISSIONAL

A) O PS compromete-se a analisar a situação com os sindicatos e com as IPSS, durante a próxima legislatura.

B) O PS/Açores tem pugnado sempre por uma convergência ao nível dos salários entre os trabalhadores das IPSS e os trabalhadores da Administração Pública Regional. De modo que o compromisso do PS/Açores é continuar a trabalhar para que isso possa acontecer de forma igual para todos. Relembramos, no entanto,

que o tempo de serviço docente prestado em Instituições de Ensino Privado, Cooperativo e Solidário releva de modo idêntico para efeitos de concurso, tal como o serviço docente prestado no ensino público.

C) A norma existente no Estatuto do Ensino Particular, Cooperativo e Solidário, nomeadamente no seu nº 3, artigo 91º:

“Sempre que as escolas profissionais privadas tiverem uma comparticipação pública nas despesas inerentes às atividades formativas e educativas superior a 50% do respetivo orçamento para o efeito, ficam obrigadas a cumprir as regras relativas ao procedimento concursal para efeitos de recrutamento” foi proposta pelo PS/Açores, exatamente, para homogeneizar as carreiras.

Nesse sentido, e dado que o assunto já está assegurado no DLR 11/2013/A, Segunda alteração ao Estatuto do Ensino, Particular, Cooperativo e Solidário não se vislumbra intenção do PS/Açores em alterar esta situação.

D) O PS/Açores compromete-se a analisar esta situação com as escolas profissionais privadas da Região Autónoma dos Açores.

4. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A/B) O PS/Açores defende, desde sempre, uma escola inclusiva. As escolas têm sido providas progressivamente de vários técnicos das várias carreiras, além de Docentes e Assistentes Operacionais. Contudo, admitimos que ainda não está como queremos. Comprometemo-nos a continuar a reforçar o número de técnicos, Docentes e Assistentes Operacionais alocados às Unidades Orgânicas, de modo a proporcionar, cada vez mais, melhores oportunidades aos alunos com necessidades educativas especiais.

5. INCENTIVOS À FIXAÇÃO DE PESSOAL DOCENTE

A/B) Não ignorando que a falta de Docentes nas escolas não é um exclusivo da Região Autónoma dos Açores, o PS/Açores compromete-se a realizar uma avaliação exaustiva sobre quais são efetivamente os grupos de docentes que se encontram em situação de carência nas Escolas da Região; quais as razões para isso acontecer e quais as possíveis soluções, que poderão, ou não, passar pela atribuição de incentivos para a fixação.

Consideramos que esta é uma situação que exige reflexão partilhada de todos: Partidos políticos, Governo, sindicatos e Universidade dos Açores por forma a encontrar soluções que sejam viáveis e que contribuam para resolver o problema. ●



PSD – Açores

1. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A) Entendemos que deve ser revisto o atual regime, tendo por princípio a necessidade de conferir maior autonomia às unidades orgânicas do sistema educativo regional e aos seus órgãos e para que se ultrapasse a visão instrumental da educação, estimulando o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de uma educação não formal e informal, atendendo em especial aos novos padrões de motivação das crianças e jovens. Neste âmbito, urge alargar a Escola a outras dinâmicas educacionais, em modo de complementaridade com o curricular, respondendo ao problema social que decorre dos prolongados horários de trabalho das famílias.

Em paralelo, defendemos a colegialidade e o princípio da gestão democrática nas nossas escolas, que passa também pelo reconhecimento e encorajamento da participação dos E.E. na vida escolar e pela responsabilização destes na formação e educação dos filhos em plena articulação com a Escola.

Já no que respeita à seleção para os cargos identificada pelo SPRA, manifestamos a nossa total disponibilidade para, após auscultação dos parceiros sociais, se poder introduzir alterações, mormente no que concerne à coordenação de núcleo de educação especial. Julgamos, igualmente, ser necessário melhorar o modelo da Autonomia e Flexibilidade Curricular, fazendo com que esta seja efetiva, com aplicação prática, sem as constantes imposições da tutela, entenda-se Direção Regional da Educação.

B) A proposta para a Educação que o PSD/Açores preconiza assenta num modelo de coaching educativo (ou treino

educativo) adequado a cada caso, através do qual cada aluno deve ser orientado para explorar e desenvolver ao máximo as suas competências, com os necessários feedback e orientação, integrando e responsabilizando o aluno e o seu encarregado de educação como agentes ativos num processo de construção na ação.

Propugnamos que um tal acompanhamento seja aplicável a cada aluno e não apenas aos que manifestam insucesso escolar, numa clara alteração de paradigma, visando estimular o potencial de cada um, com ambição, garantindo a cada aluno a diferenciação de respostas educativas que permita a todos uma igualdade de oportunidades. Neste âmbito, é essencial que o Professor disponha de tempo para ensinar, num processo dinâmico de ensino-aprendizagem, o que requer uma diminuição das suas tarefas burocráticas, muitas vezes de mero foro administrativo que competem a outros profissionais, bem como de uma revisão da distribuição da componente letiva que tem de ser negociada com as associações sindicais representativas dos docentes.

2. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A) O PSD/Açores reconhece a singularidade da ação destes docentes, que lidam com crianças de tenra idade e que têm a responsabilidade de introduzi-las num processo de ensino-aprendizagem inclusivo, o que requer um elevado nível de adaptação e diferenciação pedagógica. Ora, para além de ser da mais elementar justiça o reconhecimento do desgaste rápido que decorre de tal nível de exigência profissional, há, igualmente, que ter em consideração a evolução dos requisitos que cada vez mais se colocam a nível da atividade não letiva no estabelecimento destes profissionais. Neste âmbito, e de forma muito clara, defendemos uma alteração ao seu horário de trabalho, que consagre os mesmos tempos letivos e não letivos estipulados nos restantes ciclos e níveis de ensino.

B) O PSD/Açores entende que deve haver lugar a uma uniformização das reduções da componente letiva por antiguidade e tempo de serviço, face ao exposto no ponto anterior. Ademais, e atendendo às alterações nas dinâmicas de trabalho introduzidas com as alterações curriculares que decorreram na Região, bem como face à metodologia de coaching educativo que propugnamos, há todo um

enquadramento para que tal regime de reduções não conduza a qualquer prejuízo no horário e acompanhamento escolar dos alunos.

3. ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO E SOLIDÁRIO E PROFISSIONAL

A) Esta questão está intimamente ligada com a da remuneração. O PSD/Açores defende uma base de equiparação salarial entre os docentes nas IPSS e os do ensino público que, obviamente, assenta numa correspondência à tipologia do trabalho desenvolvido, isto é, com a mesma valorização salarial de base. É nosso compromisso a “equiparação de remunerações” entre os funcionários das IPSS e os que executam as mesmas funções na administração pública regional, seguindo o princípio de que para trabalho igual deva haver salário igual. Isto sem prejuízo das entidades privadas poderem implementar regimes mais favoráveis quanto a condições de trabalho e remuneração.

B) Cremos ter dado resposta a esta questão no ponto anterior.

C) Os docentes das escolas profissionais devem ver salvaguardados os seus direitos através de um Contrato Coletivo de Trabalho que os proteja de serem tratados como meros prestadores de serviços, o que tem reflexos no seu desempenho, na sua produtividade e, conseqüentemente, na estabilidade dos quadros destas escolas e no sucesso dos alunos.

É fundamental que as alocações do Fundo Social Europeu reconheçam o Contrato Coletivo de Trabalho (vinculado à Anespo) de modo a não prejudicar estes docentes. Para além disso, urge combater o estigma dos cursos profissionais na região, lembrando que em vários países da Europa são os melhor aceites e remunerados.

Alterando este paradigma e dignificando o ensino profissional, certamente que os resultados serão diferentes. Há que priorizar os alunos e as suas aprendizagens! Nem as escolas, nem os docentes devem ser reféns das almeçadas estatísticas que pretendem demonstrar elevadas taxas de sucesso, colocando em causa a qualidade das aprendizagens. A cultura de falta de exigência e a necessidade de se preencher determinados requisitos para obter

financiamento estrangulam a autonomia das escolas e a sua dignificação.

D) Este é o rumo certo, pelo menos para os docentes que ministram as componentes sociocultural e científica, uma vez que quem concede a autorização para os mesmos lecionarem é a própria Direção Regional da Educação. Isto sem prejuízo das entidades privadas poderem implementar regimes mais favoráveis quanto a condições de trabalho e remuneração.

4. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A) A intervenção precoce requer uma ação multidisciplinar, integrada na articulação entre diferentes organismos da administração regional autónoma, integrando em especial as áreas da saúde, da educação e da solidariedade social. Os vergonhosos rácios de pobreza que se verificam na nossa Região evidenciam a necessidade de se reforçar estas equipas, de molde a que possam desenvolver um trabalho essencialmente a nível de prevenção e dos cuidados básicos de saúde e dos objetivos da educação básica. É necessário dotar as escolas da Região com recursos humanos qualificados para garantir uma educação inclusiva. A falta de colocação de profissionais especializados nesta área é uma enorme lacuna e, como tal, uma grande preocupação para o PSD/Açores. Muitas vezes, são os docentes sem a devida formação que assumem o papel de apoiar os alunos com necessidades educativas especiais. Não obstante terem um trabalho importante nesta matéria, é fundamental uma especialização na abordagem a este problema.

B) Cremos ter ficado clara a necessidade de reforço destas equipas. Contudo, não podemos deixar de dar nota que tal não tem vindo a ser feito mais por falta de vontade política do que por quaisquer deficiências legislativas.

5. INCENTIVOS À FIXAÇÃO DE PESSOAL DOCENTE

A) O nível atual de falta de docentes é insustentável, com a agravante que terá tendência a agravar-se, face ao envelhecimento do corpo docente e à situação verificada a nível nacional. É, pois, absolutamente obrigatório implementar mecanismos que revertam o nível de degradação do exercício da profissão docente e que conduzam à fixação e à estabilidade do corpo docente na Região,

bem como a uma maior atratividade, não apenas da profissão, como dos Açores para captar profissionais devidamente qualificados. Assim, e sem prejuízo de políticas diferenciadoras a nível de ilha quando justificável, há um problema global que não pode deixar de ter respostas a nível regional. Desde já, no que concerne à integração em quadros dos professores sucessivamente contratados, dando cumprimento à Diretiva 1999/70/CE do Conselho, de 28 de junho de 1999. Em paralelo, é necessário que se caracterize, com total transparência, o corpo docente nos Açores para que se possa assegurar um planeamento da formação inicial e integração docente a médio prazo, nos Açores. Ademais, e como defendemos que um sistema educativo de qualidade se constrói com os profissionais mais bem qualificados, é fundamental garantir a atratividade da profissão docente, o que implica uma revisão das atuais condições do seu exercício, como é o caso (a título meramente exemplificativo) dos horários incompletos que estão a ser lançados.

B) O PSD/Açores manifesta a sua total disponibilidade e até mesmo o compromisso de analisar com os parceiros sociais o atual quadro de incentivos à estabilidade do pessoal docente, numa perspetiva integrada como a descrita no ponto anterior, para que possa proceder em conformidade na próxima legislatura. É preciso nunca esquecer que investir na educação é ter retorno garantido no desenvolvimento da Região, a todos os níveis, e como o Presidente do PSD/Açores tem vindo a afirmar reiteradamente, preferimos vir a ser acusados de termos professores a mais do que professores a menos. ●



CDS-PP – Açores

1. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A) Nos termos do Estatuto Político e Administrativo da Região Autónoma dos Açores, compete à Assembleia Legislativa legislar em matéria da organização, funcionamento, recursos humanos, equipamentos, administração e gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino.

B) O CDS sempre defendeu que a educação deve ser um desígnio de todos perante os desafios do presente e do futuro da Região e tem ao longo dos anos afirmado a necessidade de ouvir os professores, os funcionários, os alunos e os encarregados de educação, renovando, por isso, o compromisso de defender e melhorar o atual regime de gestão e administração escolar.

2. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A) O CDS sempre afirmou a dignificação da carreira de professor, tendo presente a exigência da profissão e prosseguindo um caminho de reconhecimento e de efetiva justiça social, no que diz respeito às suas reivindicações.

A) Neste sentido, o Grupo Parlamentar do CDS estará sempre disponível para reconhecer os direitos dos docentes, uniformizando horários e reduções da componente letiva por antiguidade e pelo exercício de cargos dos docentes da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

3. ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO, SOLIDÁRIO E PROFISSIONAL

A) As Instituições Particulares de Solidariedade Social desempenham um papel imprescindível nas respostas sociais disponibilizadas na nossa Região, que importa reconhecer e apoiar.

B) Em muitas das nossas ilhas e em grande parte das nossas comunidades são as IPSS que permitem uma resposta social eficaz às necessidades da atividade profissional dos encarregados de educação, quer através das atividades de tempos livres, quer na aprendizagem pré-escolar, bem como no acompanhamento e estudo das matérias lecionadas nos estabelecimentos de ensino.

C) Em consequência, atendendo às necessidades específicas do setor, entendendo que aquelas instituições se devem adaptar à realidade de cada comunidade, somos contrários à disparidade dos horários das educadoras e educadores em funções nestas instituições, sem que haja uma justa compensação pelo trabalho efetuado, bem como entendemos que devem ser disponibilizados apoios à atividade, de forma a permitir o aumento de recursos humanos, garantindo a redistribuição da

carga horária, bem como a diminuição do rácio de crianças e alunos ao seu cuidado.

D) Relativamente ao Ensino Profissional, o CDS reconhece a sua importância estratégica para o desenvolvimento económico e social das nossas ilhas, sendo favorável a medidas que incentivem e motivem a docência naquelas instituições. Estamos, por isso, do lado dos docentes quando reivindicam um Contrato Coletivo de Trabalho dignificador e a paridade da carreira com o ensino público.

4. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A/B) O CDS tem ao longo dos tempos apresentado propostas para permitir uma resposta eficaz ao nível da educação especial e considera inadmissível a falta de recursos humanos que põe em causa os apoios previstos nos projetos educativos individuais dos alunos com necessidades educativas especiais, razão pela qual estará sempre disponível para a dignificação da educação especial, nomeadamente através da apresentação das iniciativas legislativas necessárias à prossecução desse propósito.

5. INCENTIVOS À FIXAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE

A/B) O acesso à educação é fundamental para o desenvolvimento económico e social da nossa Região e o CDS sempre defendeu incentivos à fixação e estabilização dos corpos docentes, sendo, neste sentido, favorável a medidas que permitam a concretização destes objetivos. ●



Bloco de Esquerda

Bloco de Esquerda – Açores

1. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A/B) O Bloco de Esquerda assume a defesa e o aprofundamento da democracia nas escolas, assim como o reforço dos apoios em tutoria que implicam naturalmente que os docentes tenham mais tempo para esse trabalho.

2. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A/B) Na passada legislatura o Bloco de Esquerda em sede de proposta de orçamento para 2020 apresentou uma proposta de alteração que respondia a esta justa reivindicação dos docentes da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico. Com esta ou outra forma de propositura, voltaremos a apresentar a mesma medida.

3. ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO, SOLIDÁRIO E PROFISSIONAL

A) Sendo as IPSS instituições privadas não pode, diretamente, o Governo nem a ALRAA legislar sobre o horário de trabalho que se encontra regulado por convenções coletivas de trabalho. Cabe aos sindicatos e às entidades patronais essa negociação.

B) Não obstante, o Bloco de Esquerda defende (e tem apresentado propostas nesse sentido) uma revisão do modelo de cooperação entre a região e as IPSS/Misericórdias que permita uma equivalência entre trabalhadores do setor público e do setor social, garantindo sempre o tratamento mais favorável do trabalhador.

C/D) O Bloco defende e compromete-se a lutar pelo combate à precariedade dos docentes do ensino profissional no sentido de dignificar a sua carreira e de conferir estabilidade à sua vida.

4. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A/B) O reforço de docentes e técnicos faz parte do nosso programa eleitoral e serão matérias alvo de propostas do Bloco de Esquerda na próxima legislatura

5. INCENTIVOS À FIXAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE

A/B) A implementação dos incentivos à estabilidade do pessoal docente previstos no ECDRAA faz parte do programa eleitoral do Bloco e será alvo de iniciativa legislativa na próxima legislatura. ●



PCP – Açores

1. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A) Não há uma verdadeira Educação para a Cidadania e para a Democracia sem uma gestão democrática das escolas!

Apesar do atual modelo assentar em princípios com os quais a CDU concorda, é preciso que o modelo atual evolua, no sentido de alargar e aprofundar a participação da comunidade educativa e de dar melhores condições de trabalho às escolas.

Desse modo, faz todo o sentido que os cargos (coordenador de departamento, de núcleo, de escola, de Diretores de Turma, e outros, bem como dos membros da Assembleia de Escola) beneficiem de maior redução no horário, a concretizar nas componentes letiva e não letiva. Essa redução deve ter em consideração a complexidade das funções desempenhadas, a realidade de cada escola e o número de elementos a participar em cada órgão.

Em paralelo, é relevante que todos os elementos dos órgãos de gestão sejam eleitos pelos seus pares, inclusivamente aqueles que ainda são nomeados pelo Conselho Executivo.

Iremos, portanto, apresentar propostas legislativas no sentido de corrigir estas realidades.

B) Apesar da função de docente tutor ser de enorme importância para os discentes que dela beneficiam, a mesma não vê reconhecida esse papel na lei. Atualmente, não é possível desempenhá-la adequadamente, sem prejudicar o período de descanso dos docentes, sobrecarregando-os ainda mais. Por isso, iremos defender essa alteração.

2. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A) Na prática, a monodocência terminou com a introdução das disciplinas de Inglês e de Educação Física, no currículo do 1.º CEB. Atualmente, existem escolas que atribuem as componentes do currículo que eram da responsabilidade de um único professor (titular) a mais do que um docente, mostrando, na prática, que é possível fazer uma gestão diferente da tradicional monodocência – tanto na Educação Pré-Escolar, como no 1.º CEB. Acresce que, atualmente, com a entrada em vigor da atual matriz curricular e a consequente gestão flexível do currículo, não existe qualquer entrave legal à uniformização dos horários dos docentes entre todos os níveis e ciclos de ensino. Por esses motivos, e porque é preciso combater o desgaste sentido por estes docentes, concordamos com

essa alteração e comprometemo-nos a apresentar iniciativas legislativas para corrigir esta situação.

B) A análise feita na questão anterior é, também aqui, aplicável. Acresce que o facto destes docentes terem redução de 8h aos 60 anos de idade / 25 anos de serviço prova que é possível, na prática, que os docentes do Pré-Escolar e do 1.º CEB tenham horários semanais com componente letiva inferior a 25h. No entanto, é uma discriminação, da qual resulta o aumento do seu desgaste profissional, que estes docentes não tenham a redução da componente letiva por antiguidade nem pelo exercício de cargos. Assim, comprometemo-nos a apresentar iniciativas legislativas para uniformizar as reduções da componente letiva, bem como dos horários de trabalho.

3. ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO, SOLIDÁRIO E PROFISSIONAL

A) Porque a alteração dessa matéria deve ser feita em sede de negociação sindical, iremos dar expressão, na Assembleia Regional, a essa reivindicação, no sentido de exigir que o Governo Regional crie todas as condições para que, nessas instituições, se pratiquem os mesmos horários de trabalho que já são praticados no ensino público. Uma solução adequada a este problema, com a qual nos comprometemos, será a apresentação de uma proposta de resolução a recomendar isso mesmo ao Governo Regional.

B) Uma vez que estes docentes prestam um serviço público, que resulta da falta de capacidade nas escolas públicas, devem, enquanto tal, beneficiar da redução da componente letiva pelas funções que desempenham nas suas instituições – ou, em alternativa, receber uma gratificação. Por isso, apoiaremos todas as propostas que vierem nesse sentido. No entanto, consideramos que o caminho mais correto será o de alargar a rede pública de Jardins de Infância, bem como de Creches, sendo nosso objetivo apresentar propostas para concretizar esse alargamento, que consideramos ser a prioridade política. Tal não colide com o problema identificado, podendo-se resolver ambos em simultâneo.

C) A desregulação de horários e restantes condições de trabalho (nomeadamente o direito a férias e ao

descanso) é prática comum nas escolas profissionais, verificando-se o mesmo ao nível dos horários das aulas dos formandos e das condições de aprendizagem (materiais de apoio à aprendizagem e equipamentos). Também ao nível das remunerações existem problemas significativos, nomeadamente quanto à incerteza do valor que, anualmente, se recebe, bem como do momento em que se recebe, sendo comum haver salários em atraso. Finalmente, apesar de muitos docentes / formadores exercerem funções a tempo inteiro numa única escola, ou a tempo parcial em várias escolas com elevada regularidade, não existe nenhuma razão legal para que estes casos não sejam abrangidos por contratos de trabalho. No entanto, o mais comum é o recibo verde.

Esta realidade não contribui para a boa formação profissional dos alunos e formandos, não dignifica os docentes / formadores, nem valoriza as próprias escolas. Realidade, esta, que não pode ser justificada pelas especificidades destas escolas, uma vez que é possível conciliar ambos os interesses, identificando de forma objetiva os direitos e deveres de cada parte. Tal pode e deve ser estabelecido através de convenção coletiva de trabalho. Por outro lado, seria relevante a atuação pedagógica das Inspeções Regionais da Educação e do Trabalho. A Assembleia Regional pode e deve contribuir para alterar estas práticas, nomeadamente com perguntas escritas ao Governo Regional ou projetos de resolução a defender um contrato coletivo de trabalho – comprometendo-se a CDU a trabalhar nesse sentido e a usar os poderes da ALRAA para isso.

D) Na sequência da resposta anterior, para a CDU, é urgente dignificar a função a condição de docente / formador destas escolas. Parte importante disso será a remuneração. Também aqui a Assembleia Regional pode e deve contribuir para alterar estas práticas, nomeadamente com perguntas escritas ao Governo Regional ou projetos de resolução a defender um contrato coletivo de trabalho – comprometendo-se a CDU a trabalhar nesse sentido e a usar os poderes da Assembleia Regional para isso.

4. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A) Verifica-se, no terreno, incapacidade para dar resposta à totalidade dos casos identificados, por falta de recursos humanos – nomeadamente docentes do grupo 101, terapeutas da fala, psicólogos e outros. A

própria investigação na matéria sugere que quanto mais cedo for feita a intervenção, mais rapidamente e profundamente se conseguem corrigir as necessidades educativas das crianças e promover mais tarde o sucesso educativo. Apesar de alguma evolução positiva na intervenção precoce, a mesma ficou aquém das necessidades, sendo necessário assegurar maior capacidade de resposta em todas as ilhas e concelhos da região. Por isso, a CDU concorda com a análise do SPRA, comprometendo-se a atuar, na ALRAA, no sentido de corrigir e resolver esta realidade.

B) Aos problemas já anteriormente existentes de falta de recursos humanos (em particular, docentes de Educação Especial, psicólogos e terapeutas da fala), a pandemia trouxe, de forma dramática, novas situações, particularmente graves, que afetam: o rendimento escolar, a capacidade da escola responder às necessidades pedagógicas dos alunos (por falta de recursos humanos e materiais) e a relação dos alunos com a escola, que, para muitos, se degradou de forma significativa. Problemas ao nível da saúde mental surgem já, sendo que estas problemáticas têm sempre visível, apenas, uma pequena parte do problema, ficando oculta a sua real dimensão. Como se referiu, há muito que fazem falta mais recursos humanos, desde logo docentes especializados, para dar verdadeira resposta às necessidades educativas especiais. Para ilustrar isso mesmo, é comum haver alunos com apoio especializado apenas em 4 ou menos tempos letivos, quando deviam ter a quase totalidade do seu horário. Sendo esse um dos casos mais extremos, a verdade é que parte significativa dos alunos sinalizados não têm qualquer apoio ou não têm o que seria adequado para responder às suas necessidades pedagógicas. Refira-se ainda que a entrada em vigor da nova matriz curricular e da gestão flexível do currículo teve como efeito a não autorização da maioria dos apoios, quer individualizados, quer educativos dados pelos docentes das disciplinas, também com efeitos negativos no percurso educativo e nas aprendizagens dos alunos em geral.

Estes problemas terão, na próxima legislatura, a atenção da CDU, como, aliás, já mereceram, nas anteriores, nomeadamente na discussão sobre o problema das vagas para vinculação às escolas. Recorde-se, sobre esta matéria, que foi a CDU quem conseguiu, no Plano e Orçamento para

2019, o compromisso da vinculação de 160 docentes às escolas da Região. Sendo um passo positivo, a verdade é que foi insuficiente para suprir as verdadeiras necessidades do sistema, tendo de ser aprofundado.

5. INCENTIVOS À FIXAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE

A) Sim, uma vez que se trata de uma discriminação inaceitável. Na verdade, a única medida em vigor atualmente não contribui para estabilizar o corpo docente nas ilhas carenciadas, porque atribui um benefício no momento em que os docentes se candidatam, no concurso interno de provimento, para fora dessa ilha – levando ao agravamento do problema que, supostamente, se estaria a resolver.

B) Sim, pois o problema da estabilidade do corpo docente tem afetado de forma dramática algumas ilhas – particularmente as Flores, Corvo e Graciosa – afetando o direito dos alunos à educação e ao ensino com qualidade. É por isso necessário pôr em prática aqueles mecanismos que, realmente, podem contribuir para fixar pessoal docente nas ilhas e unidades orgânicas (UO) mais carenciadas – o subsídio de fixação e a bonificação de juros bancários, pese embora que o atual valor da EURIBOR exija alterações no ECDRAA, para alargar o âmbito dos juros abrangidos e/ou as despesas com habitação elegíveis. Note-se que o primeiro facilmente contribuirá para fixar docentes por módulos de 3 anos, enquanto que o segundo contribuirá para fixar docentes por períodos bastante mais alargados.

A CDU propõe-se a apresentar propostas de resolução, perguntas ao Governo Regional e, caso se verifique adequado e necessário, propostas legislativas que completem e melhorem o definido no ECDRAA. ●



PPM – Açores

1. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A) - O PPM foi o primeiro partido parlamentar açoriano a apresentar

iniciativas parlamentares para limitar o número de mandatos sucessivos dos membros dos Conselhos Executivos. Uma reforma que se revelou decisiva na renovação das lideranças escolares e na democratização do sistema educativo açoriano. O PPM pretende voltar a visitar o modelo de gestão e administração escolar. Pretende-se alterar o seguinte:

a) Reforçar as competências da Assembleia e dinamizar o seu funcionamento. A presença nas reuniões da Assembleia passará a ser remunerada através do sistema de senhas de presença e o número de reuniões ordinárias do órgão de escola em questão aumentará significativamente.

b) O modelo democrático de gestão e administração escolar será aprofundado. Prevê-se a implementação de um sistema de referendo escolar para deliberar a respeito das grandes decisões da comunidade educativa e a definição clara de todos os trâmites eleitorais no âmbito da eleição dos órgãos de escola e dos órgãos de gestão intermédia.

- Modernizar o sistema de gestão escolar ao nível dos processos administrativos.

- Melhorar o sistema de gestão escolar. O sistema implementado nas escolas da RAA tem apresentado várias falhas, nomeadamente em períodos em que a plataforma está a ser utilizada simultaneamente por vários utilizadores, como por exemplo na altura das reuniões de avaliação sumativa, quando todas as escolas estão a introduzir os níveis; ao nível da contabilização das aulas dadas e outros aspetos relevantes.

B) Sim.

2. HORÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

A) Sim. Como bem se refere neste questionário, “o fim do regime especial de aposentação dos docentes em monodocência veio aprofundar a injustiça que representa a discriminação dos docentes destes níveis/ciclos de ensino, relativamente aos restantes, no que diz respeito ao acesso às reduções da componente letiva por antiguidade”. Pretende-se corrigir esta injustiça histórica.

B) Sim. Propomos também que a gratificação do coordenador de núcleo passe a ser calculada atendendo à dimensão de cada estabelecimento de

ensino, à semelhança do que acontece com a gratificação do presidente do conselho executivo de cada unidade orgânica e, a partir de um determinado número de turmas, dever-lhe-á ser dada a possibilidade de utilizar toda a componente letiva de estabelecimento para desempenhar essas funções.

Vamos acabar com a componente não letiva a nível de estabelecimento que, por vezes, coloca os professores a desempenhar funções que não são compatíveis com a sua área de docência, bem como outras funções não compatíveis com a carreira docente.

3. ENSINO PARTICULAR, COOPERATIVO, SOLIDÁRIO E PROFISSIONAL

A) Sim. É fundamental terminar com a discriminação a que os docentes que prestam serviço nas IPSS estão submetidos.

B) Sim.

C) Sim. Pelas razões referidas na contextualização da pergunta.

D) Sim. O PPM compromete-se a aplicar “uma medida regional semelhante à que foi aplicada para as educadoras das IPSS, ou seja, a paridade da carreira (e respetivos índices remuneratórios) com a das educadoras no ensino público”.

4. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A) Sim. O PPM questionou repetidamente, ao longo de toda a legislatura, o Governo Regional a respeito desta questão. O executivo regional nada fez a este respeito.

B) Sim. Na legislatura que agora termina, o PPM pressionou, por diversas vezes, o Governo Regional para que o mesmo procedesse ao reforço dos quadros técnicos e de docentes especializados nas unidades orgânicas. A maioria absoluta do PS impediu qualquer avanço nesta área.

5. INCENTIVOS À FIXAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE

A) Sim. O PPM alterará o quadro legal vigente “no sentido de passar a

estar previsto, no regime de incentivos à fixação de docentes, a atribuição dos mesmos a todos os docentes da unidade orgânica ou da ilha em que se pretenda potenciar a fixação de pessoal docente.” Não se podem penalizar, em termos relativos, os docentes que já se encontram a desempenhar funções nessas escolas.

B) Sim. O PPM assume o compromisso de implementar, com a máxima urgência, um regime de incentivos à estabilidade do pessoal docente, atualmente já previsto nos artigos 90.º a 95.º do Estatuto da Carreira Docente na Região Autónoma dos Açores. ●

Orçamento de Estado



quem responde?

1 Qual a razão por que, desta vez, os fundos europeus, no valor de 553,5 milhões de euros, são incluídos no orçamento para a Educação? Para que não se note a quebra de mais de 80 milhões de euros em financiamento nacional?

2 O ministro da Educação concorda com o teor da declaração que subscreveu no passado dia 22, recomendando aos governos que disponibilizem verbas no valor de 4 a 6% do PIB para a Educação? Está ali contida alguma crítica ao governo de Portugal e ao seu ministro para a Educação, por, desde que assumiu responsabilidade governativa, esse valor ter baixado de 3,8 para 3,4% ou, se apenas considerarmos o financiamento nacional, 3,2% do PIB no próximo ano?

3 Concorda o ministro, como refere aquela declaração, que a Educação deve contar com 15 a 20% da despesa pública? Como se explica que

em Portugal não vá além dos 13,1% no orçamento de 2021?

4 Qual o engenho que permite aumentar 3000 assistentes operacionais, 3300 docentes e ainda assistentes administrativos e técnicos especializados nas escolas, reduzindo a despesa com recursos humanos em 3,3 milhões de euros? Será a esta habilidade que o ministro da Educação chama “investir mais e melhor”?

5 Que medidas concretas estão na calha para garantir o rejuvenescimento da profissão docente? A pré-reforma para os quase 50 000 com mais de 55 anos?

6 E quais as medidas para atrair os jovens para a profissão? E para superar a falta de professores não só daqui a uns anos, prevenindo-se que cerca de 16 000 se aposentem nos próximos

4 anos, mas de imediato, face à falta de professores em muitas escolas?

7 Como prevê o ministério promover a estabilidade de emprego dos docentes se, apesar da elevada taxa de precariedade no setor, que atinge 17,6%, não se preveem medidas que lhe deem combate?

8 Como vai ser resolvido o problema do sobretabalho dos professores, que, ao muito trabalho que já tinham, veem agora somadas as horas de atividade a distância, para alunos que se encontram em isolamento ou quarentena, são chamados para cada vez mais reuniões, têm de andar de escola em escola na atividade de avaliação externa do desempenho dos seus colegas ou são chamados para um crescente número de horas de formação, seja de âmbito geral sobre inclusão, flexibilidade curricular ou digitalização ou de outros específicos das suas escolas?

Da Intervenção de Mário Nogueira na ação de protesto contra o Orçamento do Estado 2021 para a Educação, junto à Assembleia da República, em 29/10/2020, primeiro dia do debate na especialidade do OE2021



Este Orçamento do Estado para 2021 trata mal a Educação!

O Orçamento do Estado para 2021 (OE2021) não valoriza a Educação, que se mantém na rota decrescente em que mergulhou na última década e parece esquecer os professores, passando ao lado das suas legítimas reivindicações em defesa da carreira, da estabilidade de emprego e profissional, das condições de trabalho ou da aposentação, aspetos essenciais para que a profissão seja respeitada, se valorize e se torne atrativa.”

O alerta foi dado nos finais do passado mês de outubro, pelo Secretariado Nacional da FENPROF. Na perspetiva da Federação, o documento apresentado pelo Executivo de António Costa “não apresenta soluções para problemas como o envelhecimento dos docentes e insiste em caminhos que são errados, como sejam a municipalização ou a crescente dependência de fundos comunitários, para onde se transferem responsabilidades que deverão ser assumidas pelo financiamento nacional. É omissa em relação a medidas que não deveriam continuar a ser adiadas, como sejam a reorganização da rede, com a eliminação dos mega agrupamentos, ou a recuperação da gestão democrática das escolas.”

Numa desenvolvida tomada de posição, apoiada em gráficos e em dados esclarecedores, a FENPROF sublinha que “mesmo em relação a medidas apresentadas, a proposta de OE2021 está aquém do que se exige e esperava ou não é clara - são disso exemplo a ausência de uma resposta efetivamente pública de creches ou o alargamento da rede de jardins de infância do Ministério da Educação ou o anunciado aumento de recursos humanos nas escolas, a que corresponde, depois, um decréscimo da despesa.” Face a esta proposta de Orçamento do Estado, que, como anteriores, trata mal a Educação, a FENPROF não poderá deixar de propor alternativas, agir e lutar, consciente das dificuldades que encontrará diante de uma equipa ministerial arrogante, que, há muito, se fechou ao diálogo e bloqueou a negociação.

“Mais do mesmo”

Lembrando que “a pandemia demonstrou o papel insubstituível dos serviços públicos, onde se inclui a Escola Pública, mas o nível de exigência a que foram sujeitos tornou ainda mais visíveis as suas dificuldades e carências”, a Direção da FENPROF observa: “Era, por isso, expectável uma proposta de OE para 2021 capaz de começar a dar

resposta a essas dificuldades e carências. Na verdade, deparamo-nos com mais do mesmo e, relativamente aos professores e educadores, o Governo não só reitera o desrespeito habitual em relação ao presente, como continua a não manifestar preocupação com o futuro, ainda que os sinais que chegam – envelhecimento, fuga à profissão, quebra de atratividade, falta de professores nas escolas... – impusessem outra atitude.”

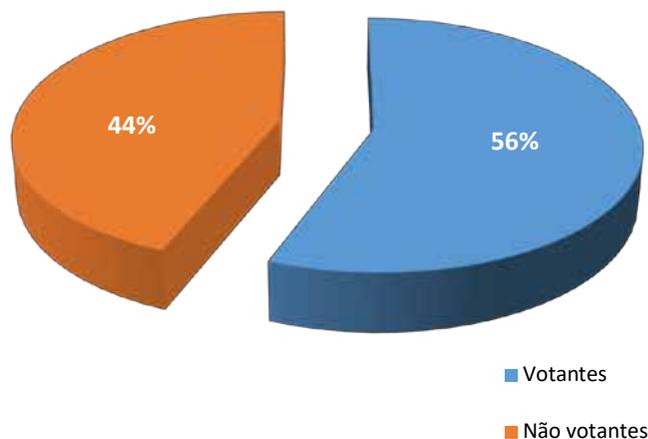
A FENPROF sublinha a importância da mobilização para as ações de protesto e luta, entretanto iniciadas, e que podem ser acompanhadas, a par e passo, em: www.fenprof.pt. ●

Estamos perante uma proposta de Orçamento do Estado que não rompe com a estagnação e, mesmo, com o retrocesso a que se tem assistido nos últimos anos, merecendo, por isso, reparos de entidades nacionais, como o Conselho Nacional de Educação, e internacionais, como aconteceu com a OCDE, no seu relatório Education at a Glance 2020.

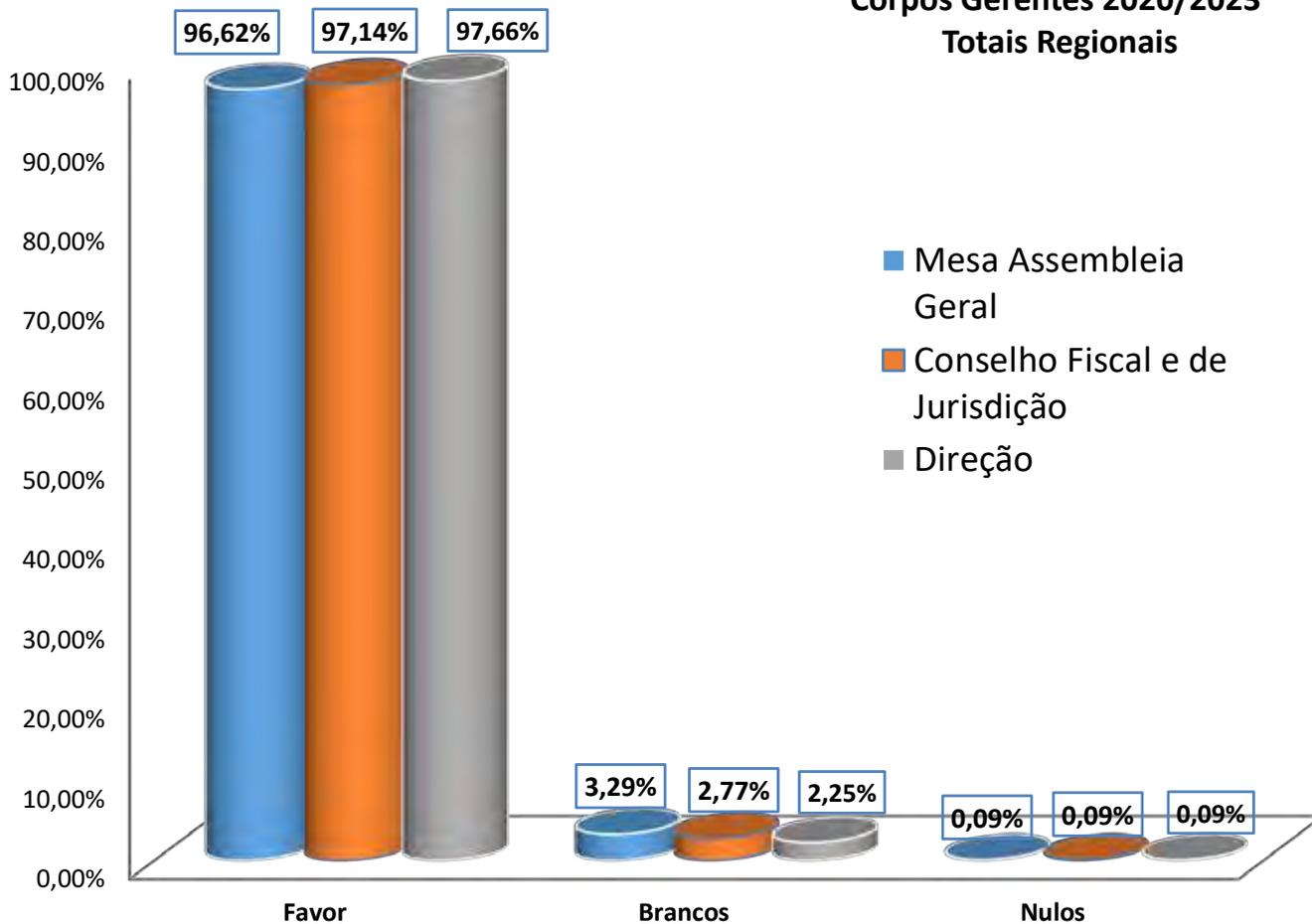
Eleição dos Corpos Gerentes do SPRA – Triénio 2020/2023

Realizaram-se, no dia 30 de outubro, as eleições para os Corpos Gerentes do Sindicato dos Professores da Região Açores para o triénio de 2020/2023, que contou com uma participação de 56,01%. Congratulamo-nos, por um lado, com o nível de participação neste ato eleitoral, não só num contexto de lista única, mas também num contexto de pandemia provocado pela Covid 19, o que é digno de registo e demonstra que, de facto, unidos temos muita força!

**Corpos Gerentes 2020/2023
Totais Regionais**



**Corpos Gerentes 2020/2023
Totais Regionais**





Na sessão de tomada de posse dos novos Corpos Gerentes do SPRA, em Ponta Delgada, Aníbal Pires, Presidente da Mesa da Assembleia Geral, sublinhou o papel do Sindicato na luta pela valorização da profissão docente

Decorreu no passado dia 13 de novembro, em Ponta Delgada, a sessão de tomada de posse dos novos Corpos Gerentes do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA), para o triénio 2020/2023. Na sua intervenção, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral (MAG) do Sindicato, Aníbal Pires, afirmou: “O SPRA irá lembrar, e exigir, aos partidos políticos que acordaram constituir o XIII Governo Regional e aos seus Grupos Parlamentares, o cumprimento dos seus manifestos eleitorais”.

Aníbal Pires, Presidente da MAG, na tomada de posse dos novos Corpos Gerentes do SPRA: “Este é um tempo novo, um tempo de desafios complexos”

Aníbal Pires saudou “todos os dirigentes sindicais que acabaram de ser empossados” e desejou-lhes “sucesso na concretização do Manifesto Eleitoral que foi apresentado aos associados e por eles validado no recente ato eleitoral para os órgãos sociais do SPRA.”

“Este é o compromisso que foi estabelecido pelos novos dirigentes com todos os associados do SPRA, eu diria que este é um compromisso com todos os educadores e professores da Região Autónoma dos Açores. Este é o compromisso que orientará a nossa ação

nos próximos anos”, realçou. Lembrando que “este é um tempo novo, um tempo de desafios complexos”, o dirigente sindical comentou: “Vivemos, desde o fim do 1.º trimestre de 2020, um problema de saúde pública, que veio alterar o nosso quotidiano pessoal e profissional e, ao que tudo leva a crer, se vai prolongar por mais algum tempo. Sobre os efeitos da Covid-19 nas nossas vidas, diria apenas que: enquanto sindicato de classe, devemos estar atentos e atuantes para barrar todas as tentativas que visem descaracterizar a nossa profissão, mas também todas as alterações que tenham

por objetivo a desvalorização da nossa carreira”.

Desafios complexos também pelo novo quadro político regional

“É um tempo novo, um tempo de desafios complexos, também pelo novo quadro político regional”, observou Aníbal Pires, que acrescentou:

“Vai tomar posse um governo que tem como garante de governabilidade o apoio parlamentar de 5 partidos, todos eles de direita e da extrema direita. Se a não existência de uma maioria parlamentar de apenas 1 partido é um

“O SPRA irá lembrar, e exigir, aos partidos políticos que acordaram constituir o XIII Governo Regional e aos seus Grupos Parlamentares, o cumprimento dos seus manifestos eleitorais”.



aspecto positivo, por outro lado, o facto de se ter desenhado um acordo que envolve partidos com projetos políticos tão diversos, sendo que alguns querem aprofundar a liberalização da economia e dos setores sociais, levanta-nos previsíveis dificuldades na ação de luta. Ainda assim, e mantendo-se os compromissos dos partidos que acordaram a formação do XIII Governo Regional, ou seja, o PSD, o CDS e o PPM, configura-se a aceitação de algumas das nossas reivindicações, como sejam a uniformização dos horários dos educadores e dos professores do 1.º Ciclo, bem assim como a redução da sua componente letiva, à semelhança do que acontece para os restantes docentes. O SPRA irá lembrar, e exigir, aos partidos políticos que acordaram constituir o XIII Governo Regional e aos seus Grupos Parlamentares, o cumprimento dos seus manifestos eleitorais.”

Lutas que tiveram sucesso

Noutra passagem da sua intervenção, o Presidente da MAG recordou “algumas das lutas que tiveram sucesso com a nossa ação e que alguns davam como perdidas, num tempo, diferente, é certo, mas também complexo e difícil”:

- A inexistência de vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões da carreira
- A inexistência de quotas na avaliação
- A desanexação dos créditos da progressão
- A anualidade dos concursos do pessoal docente
- O fim da modalidade de concurso por três anos
- A contabilização faseada do tempo

de serviço congelado entre 2011 e 2017, que permitirá a possibilidade de todos os docentes na Região acederem ao topo da carreira durante a sua vida profissional.

“Estas vitórias são fruto da nossa ação e da luta dos educadores e professores açorianos, mas é, sobretudo, da fidelidade aos princípios que conformam uma certa forma de estar no sindicalismo. Princípios pelos quais pautamos toda a nossa ação, quer seja a de apoio aos associados, quer seja na vertente da formação, quer seja na defesa da Escola Pública, quer seja na defesa da dignidade e valorização da função docente, concluiu.

“Não há uma boa sociedade sem um bom sindicato”

Na ponta final da sua intervenção, Aníbal Pires citou Jorge Mário Bergoglio, Papa Francisco, deixando a todos uma oportuna mensagem:

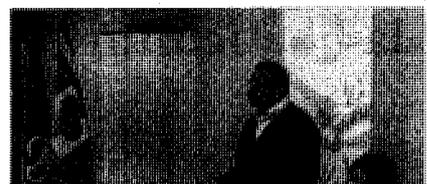
“Não há uma boa sociedade sem um bom sindicato. E não há um bom sindicato que não renasça todos os dias nas periferias, que não transforme as pedras descartadas da economia em pedras angulares. Sindicato é uma bela palavra que provém do grego syn-dike, isto é, ‘justiça juntos’. Não há justiça se não se está com os excluídos.” ●

Diário dos Açores

Novo quadro político regional “levanta-nos previsíveis dificuldades na acção de luta”, afirma SPRA

O novo Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA), Aníbal Pires, considera que o novo quadro político regional poderá levantar desafios e “previsíveis dificuldades na acção de luta” dos professores nos Açores. Aníbal Pires, que já foi deputado na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, falou na passada Sexta-feira, 15 de Novembro, no âmbito da tomada de posse dos novos corpos gerentes do SPRA, para o triénio de 2020/2023, eleitos a 30 de Outubro, tendo abordado

tem como garante de governabilidade o apoio parlamentar de cinco partidos, todos eles de direita e da extrema direita. Se a não existência de uma maioria parlamentar de apenas um partido é um aspecto positivo, por outro lado, é um facto de se ter desenhado um acordo que envolve partidos com projectos políticos tão diversos, sendo que alguns querem aprofundar a liberalização da economia e dos setores sociais, levanta-nos previsíveis dificuldades na acção de luta”, referiu o novo presidente da Mesa da Assembleia Geral. O responsável acrescentou que, apesar de se



Açoreano Oriental

SPRA exige cumprimento de compromissos eleitorais

Tomaram posse, na passada sexta-feira, os novos corpos gerentes do Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) para

acontece para os restantes docentes”. E, afirma Aníbal Pires, “o SPRA irá lembrar, e exigir (...) o cumprimento dos seus mani-



50 anos de luta nos caminhos da unidade

50 anos depois (1/10/1970 - 1/10/2020), é justo e oportuno recordar os grandes princípios que têm marcado a luta, a vida e a intervenção da CGTP-IN: um sindicalismo de unidade, democracia, independência, solidariedade e de massas.

Recorremos à intervenção da Secretária Geral numa iniciativa realizada por ocasião do “1 de outubro”, para apontar esses princípios:

O princípio da unidade, porque os sindicatos da CGTP-IN estão abertos e apelam à participação de todos os trabalhadores, representam os seus interesses individuais e coletivos, estejam ou não sindicalizados, “quaisquer que sejam as suas opções políticas ou religiosas, sem discriminação de sexo ou de orientação sexual, raça, etnia ou nacionalidade”, “independentemente da diversidade das suas profissões, qualificações, situação social e vínculo laboral. Unidade na ação, saliente-se, com base na defesa intransigente dos direitos e interesses dos trabalhadores.

O princípio da democracia, participada e vivida pelos trabalhadores, entendida como um direito e um dever, sempre com o “respeito integral pelas decisões maioritariamente expressas”.

O princípio da independência, que combate todas as tentativas de ingerência como condição para o reforço da sua própria unidade.

O princípio da solidariedade, de classe e internacionalista, valores que nos são intrínsecos, combatendo o egoísmo individualista e corporativo que o capital tenta inculcar, para manter o seu domínio.

O princípio do sindicalismo de massas, de todos os trabalhadores, numa mobilização e intervenção que assumem “diversas formas de luta, pela defesa dos seus direitos e interesses e pela elevação da consciência política e de classe”.

Com firmeza, a grande Central unitária - de que fazem parte os Sindicatos de Professores da FENPROF - está preparada para os grandes desafios do presente e

do futuro, consciente, como alertou Isabel Camarinha, de que “vivemos um tempo onde emergem problemas acumulados, que exigem uma resposta firme e uma rutura, uma opção de classe ao lado de quem trabalha e trabalhou”.

É, pois, hora de avançar nos direitos, nos salários, no reforço do papel do Estado e no aumento e na diversificação da produção nacional.

Saudação da FENPROF

A FENPROF saúda a CGTP-IN, organização que, com os seus sindicatos de professores, integra e à qual aderiu, na sequência de uma ampla e muito participada discussão e decisão inequívoca dos educadores e professores seus sindicalizados. Num tempo que, por razões

diversas, é complexo, a FENPROF reitera plena confiança na CGTP-IN, estando certa de que, tal como em tempos ainda mais difíceis, esse será o espaço solidário em que, de forma convergente, os trabalhadores em Portugal irão continuar a construir o seu futuro coletivo, lê-se numa nota divulgada pelo Secretariado Nacional da Federação.

Noutra passagem, a saudação da FENPROF observa:

“Hoje, cinquenta anos depois, a CGTP-Intersindical Nacional continua a ser a grande organização sindical dos trabalhadores em Portugal e a honrar toda uma história de luta, resistência e conquistas, sendo a expressão maior, no nosso país, do sindicalismo de classe, independente, unitário e democrático.” ●



Exposição

Vivemos um momento de novos e acrescidos desafios para o movimento sindical, em que as opções políticas dominantes e os planos que estão a ser apresentados tratam o trabalho e os trabalhadores como peças descartáveis na engrenagem do lucro – são palavras de Isabel Camarinha na inauguração da exposição documental que assinalou os 50 anos de vida e luta da CGTP-IN. Inserida no programa de iniciativas comemorativas do cinquentenário da Central, a exposição, constituída por 24 painéis, com imagens que testemunham alguns dos acontecimentos que marcam a história da CGTP-IN, está organizada em 5 grandes temas: (i) Fundação, (ii) 1.º de Maio, (iii) Aniversários, (iv) Greves Gerais e (v) Congressos. A exposição esteve patente ao público na Praça Luís de Camões, em Lisboa, entre 28 de setembro e 15 de outubro.

Pobreza em Portugal

Da realidade às respostas necessárias e urgentes

“É inaceitável que quem trabalha não consiga libertar-se da armadilha da pobreza”, alerta a CGT-IN, numa tomada de posição divulgada recentemente.



A pesar de as estatísticas nos mostrarem que a taxa de risco de pobreza tem vindo a descer nos últimos quatro anos, a pobreza continua a ter, em Portugal, uma dimensão preocupante, revelando-se como um fenómeno persistente, que afeta uma parte considerável da população e, de modo crescente, a população empregada, acrescenta a Central unitária.

A CGT-IN deixa alguns números preocupantes:

De acordo com os mais recentes dados do INE relativos a 2018, a taxa de risco de pobreza desceu 0,1 pontos percentuais, cifrando-se em 17,2%, mas o dado principal é o de que a pobreza laboral aumentou significativamente – em 2018, 10,8% dos trabalhadores estavam em risco de pobreza, o que significa que uma em cada dez pessoas que trabalham é pobre.

Também o risco de pobreza entre os desempregados aumentou, fixando-se nos 47,5% (em contrapartida, o risco de pobreza diminuiu para os reformados e para os agregados familiares sem crianças dependentes).

Por outro lado, o grupo em maior risco de pobreza continua a ser o das crianças e jovens – 18,5% da população com menos de 18 anos, o que reflete a pobreza das famílias. Embora este valor indique uma redução da pobreza infantil relativamente ao ano de 2017, em que era de 19%, a presença de crianças no agregado familiar

continua a implicar um maior risco de pobreza, sobretudo no caso das famílias monoparentais (33,9%) e das famílias com 3 ou mais crianças (30,2%).

Consequência dos baixos salários

Como realça a Inter, “este aumento da pobreza entre os trabalhadores e os desempregados (e consequentemente nas famílias) deve-se aos baixos salários, à precariedade laboral e ao baixo valor das prestações de desemprego e revela a urgência de aumentar os salários e o Salário Mínimo Nacional, a fim de permitir a um número maior de pessoas e famílias prover às suas necessidades e subsistir de forma condigna”.

Se estes indicadores são já em si preocupantes, é mais do que provável que todo o cenário se agrave, devido à pandemia da doença COVID 19 – com o desemprego a aumentar, os despedimentos em massa, sobretudo de trabalhadores com vínculo precário e os milhares de trabalhadores com os rendimentos substancialmente reduzidos, devido à suspensão do seu contrato de trabalho ou à redução do tempo de trabalho (layoff e sucedâneos).

Governo deve atuar

A CGT-IN exige que o Governo tome medidas para evitar um aumento exponencial dos números da pobreza, designadamente o alargamento da proibição de despedimentos e de todas as formas de cessação de contratos de

Alerta CGT-IN

No Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza (assinalado no passado dia 17/10), a CGT-IN alertou para a necessidade de enfrentar, “não apenas a crise sanitária provocada pela doença COVID-19, mas também, com especial ênfase, a crise económica e social, que está a contribuir fortemente para a agudização da pobreza e das desigualdades num país em que estes fenómenos já se mostram críticos e persistentes”.

trabalho em empresas que recebam qualquer tipo de apoio do Estado, de modo a estancar a subida do desemprego.

Na perspetiva da CGT-IN, é fundamental uma política que aponte para o aumento geral dos salários e um significativo aumento do Salário Mínimo Nacional, bem como para a melhoria das prestações sociais, com destaque para o alargamento do acesso às prestações de desemprego, assim como ao aumento dos respetivos valores, e, em geral, dirigindo mais apoios sociais para os trabalhadores e as famílias. ●



FENPROF reafirma que obrigatoriedade de testes nas escolas é fundamental para travar contágio

Numa nota de imprensa divulgada numa altura em que os novos casos de Covid-19 atingem números muito preocupantes, “com os especialistas a considerarem que, entre outros fatores, também a abertura das escolas contribui, como se esperava, para esta situação”, a FENPROF sublinhava que “é estranho que continue a não haver transparência na informação global sobre

o impacto da epidemia nas escolas, não sejam obrigatórios os testes àqueles que estabeleceram contacto próximo com pessoas infetadas e se continue a afirmar que são muito poucos, quiçá residuais, os casos de infeção nas escolas.”

Para a FENPROF, todo o cuidado é pouco e todas as medidas são necessárias para garantir que as escolas vão continuar abertas e que o ensino continuará, por

norma, a ser presencial. Nesse sentido, mas também com o objetivo de proteger todos os membros da comunidade escolar e as suas famílias (lembrando que, no caso dos docentes, nos referimos a um grupo profissional em que 54% dos profissionais tem mais de 50 anos), a FENPROF considera necessário que:

Em cada escola, seja divulgada, junto da respetiva comunidade educativa, a existência de casos, sempre que surjam, e quais os procedimentos adotados na sequência dos mesmos;

Seja obrigatória a realização de testes a todas as pessoas que contactaram de perto com a pessoa infetada, nomeadamente quem com ela partilhou espaço fechado na escola (sala de aula, laboratório, espaço desportivo, sala TIC ou qualquer outro);

Haja um reforço de verba, destinado à aquisição de materiais de higienização e limpeza, bem como EPI, onde já se tornem necessários;

Seja reforçado o número de docentes nas escolas, pois aumenta o número de alunos que têm de permanecer em casa e as escolas não têm recursos que garantam o seu acompanhamento a distância (os horários dos professores já estão completos e, em muitos casos, já existem graves problemas de sobretabalho); também seja reforçado o número de assistentes operacionais, pois o anunciado reforço de cerca de dois, em média, por unidade orgânica, fica muito longe de responder às atuais necessidades;

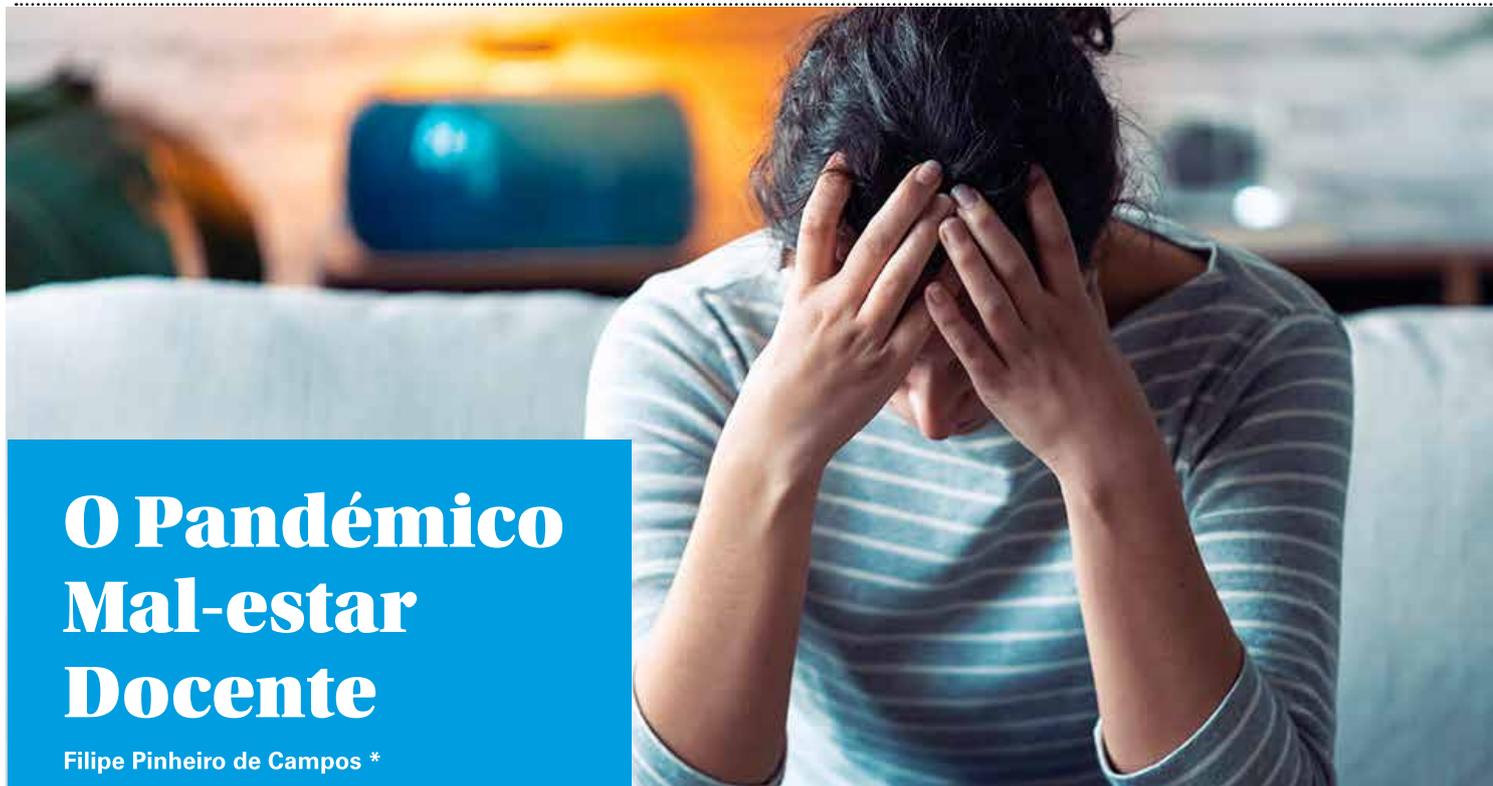
Os docentes em situação de risco, muitos em casa, sem qualquer atividade (na sequência da apresentação de declaração ou atestado médico), possam exercer atividade em regime de teletrabalho, garantindo a sua proteção, mas, também, garantindo a atividade letiva dos alunos, num momento em que já faltam professores para os substituírem. A FENPROF conhece casos em que a DGAE já autorizou este regime de trabalho, o que saúda. ●

Transparência é fundamental

A FENPROF reafirma que o que gera confiança e tranquilidade não é o encobrimento, mas a transparência, e que as escolas não podem ser um mundo à parte do que se passa na saúde, nas fábricas, nos lares e centros de dia, no desporto, na política, entre outras áreas. E não considera que o facto de alguém ficar infetado o menorize ou crie qualquer tipo de estigma, pois, se assim

fosse, decerto que figuras públicas que estão ou estiveram infetadas não o assumiriam. Ficar infetado com Covid-19 é um risco que todos correm e a obrigação de cada um, se tal acontecer, é tudo fazer para proteger os outros, sendo isso o mais importante de tudo, num momento em que se vive um problema de saúde pública, portanto, que diz respeito a todos, conclui a FENPROF.





O Pandémico Mal-estar Docente

Filipe Pinheiro de Campos *

Vivemos tempos de incerteza. Incerteza a todos os níveis, que pode ser avaliada sob diferentes perspetivas. Desde logo, a perspetiva económica e social, mas também aquela que diz respeito a cada um de nós, à nossa individualidade e à nossa vida em comunidade.

Se a atividade docente não é isenta de riscos, não o será mais ainda num momento crucial das nossas vidas e na qual tantas situações se agudizam. A multiplicidade de riscos a que os docentes estão sujeitos, de forma contínua e de modo sistemático, acarreta consigo um conjunto de situações que facilmente altera a tênue linha que separa o continuum saúde-doença. A tudo isto acrescem fatores como a idade, a condição física, a situação profissional e a vida familiar.

Todos os docentes experienciam em algum momento das suas vidas situações que fatalmente são causadoras das mais variadas disfunções, das quais resultam invariavelmente incapacidades diversas – permanentes ou transitórias –, perda da capacidade e da qualidade de trabalho e quebras motivacionais enormes, para além de uma perda evidente na capacidade de ganho e no grau de satisfação pessoal.

A escola, com toda a sua multiplicidade de riscos, assume-se como um foco potencial de mal-estar docente.

pela sua factualidade e emergência, os de natureza biológica, que, por si só, alteraram todo um conjunto de práticas e rotinas quotidianas dos docentes e da prossecução da sua tarefa principal – ensinar.

É essa multiplicidade de riscos que obsta a que muitas das vezes a profissão docente seja encarada como de risco, atendendo a que o nexo de causalidade não se efetiva de um modo objetivo, no espaço e no tempo, como de resto é verificado noutras profissões. Todos somos conhecedores dos riscos associados a posturas, a mobiliário mal dimensionado, a deficientes condições de luminosidade e insonorização, ao trabalho com equipamentos dotados de visor, à luminância dos espaços de trabalho, que se assumem como riscos de natureza ergonómica e sobre os quais é possível e se deve exigir correção ou melhoria. Por outro lado, os problemas inerentes ao modo de gestão e liderança de uma escola, ao padrão comunicacional e ao relacionamento interpessoal, como riscos organizacionais que são, em conjunto com

Independentemente dos riscos de natureza física e química que possam subsistir (a existência de amianto nas escolas é disso um claro exemplo), são aqueles que têm uma natureza ergonómica e psicossocial e organizacional que assumem um papel principal acrescido e, no momento presente,

a excessiva e crescente carga burocrática e de conteúdo de funções (que muitas vezes extravasa aquela que é definida para o docente), confluem nos riscos de natureza organizacional passíveis de serem melhorados com a procura de melhores estratégias de gestão e uma clara definição e análise de funções, tarefas que a Psicologia Organizacional bem sabe operar.

Trabalho direto com alunos

A toda esta panóplia de agentes causais de mal-estar junta-se agora uma situação, não desconhecida, mas que se tornou evidente, relacionada com o risco biológico – muitas das vezes e em contexto escolar confinado ao trabalho direto com alunos e com proximidade a patologias infetocontagiosas recorrentes conhecidas. Sendo um risco de abrangência geral e total, não é de toda a escola um foco preponderante na sua progressão, mas sim apenas um meio em que o mesmo se poderá dispersar com maior facilidade pela confluência de um mais elevado número de indivíduos num mesmo espaço e durante um período mais dilatado de tempo (o conceito de gravidade de risco surge do produto entre o tempo e o grau de exposição). Alerta-se aqui para o facto das poucas doenças profissionais (e não doenças relacionadas com o trabalho) que a nossa legislação tipifica no contexto docente se resumirem àquelas que são provocadas por diferentes agentes biológicos, desde que impliquem o contacto com portadores da doença ou, em casos mais específicos, àquelas que são provocadas pelo meningococo, pelo bacilo diftérico ou pelo vírus da Hepatite A.

O corolário de tudo o que fica exposto é o paradigma real e atual da nossa atividade – ganhar vida aos anos em oposição à velha máxima de ganhar anos de vida.

São estas constatações que partem da não existência de uma relação evidente, pelo menos em termos jurídicos e epidemiológicos entre causa e efeito, num dado espaço e lapso de tempo. Tal situação tem obstado, e não raras vezes, à assunção das patologias decorrentes da atividade docente como síndromas causados ou agravados pelo trabalho e que enquadram essa mesma atividade como de risco e de desgaste rápido, algo que é por todos aceite empiricamente.

Necessidade de equilíbrio contínuo

O problema pode colocar-se se tomarmos a situação do seguinte modo: se, por um lado, a carga objetiva de trabalho (*contrainte* ou *stress*) a que todos estamos sujeitos é idêntica (ressalvo aqui a parcialidade do termo que identifica a igualdade como a tarefa que nos é designada e não com o número de horas de trabalho, de níveis, disciplinas ou turmas lecionadas), a resposta que cada um dá a essa carga de trabalho (*astreinte* ou *strain*) é altamente variável, estando na estreita dependência dos fatores já referidos anteriormente, pois é o custo que aquela acarreta sobre o indivíduo. Neste sentido, a variabilidade de respostas individuais é tal que se confunde a causalidade com o jurídico nexos de causalidade.

Resta-nos procurar o nosso equilíbrio contínuo, ténue é certo, continuamente perturbado pelos mais variados fatores (laborais, peri e extralaborais), de modo a que o desempenho da nossa profissão seja motivador e enriquecedor, pois, como poucas, permite estabelecer laços de proximidade e cumplicidade com os demais.

O corolário de tudo o que fica exposto é o paradigma real e atual da nossa atividade – ganhar vida aos anos em oposição à velha máxima de ganhar anos de vida. ●

* Professor na EBS da Calheta, dirigente sindical da Área de S. Jorge, doutorado em Saúde Pública e Medicina Preventiva

Subsidiodependência(s)

Encabeçado pelos EUA e suportado por múltiplas estruturas plurinacionais (FMI, Banco Mundial, OMC, etc, etc) controladas sobretudo pelas grandes potências mundiais, o neoliberalismo no mundo tem sido o responsável pela instalação e aprofundamento dos desequilíbrios de desenvolvimento nos quatro cantos do globo e pela desumana, assustadora e sempre crescente chaga das desigualdades sociais no planeta.

Uma das consequências comuns da aplicação das políticas neoliberais em qualquer país ou região é a acentuação da pobreza, a qual se processa em simultâneo com a criação de condições psicossociais para se considerar aquela uma inevitabilidade, em última instância por culpa dos próprios pobres (por “não quererem trabalhar”), e libertando através desse artifício a consciência dos outros cidadãos e os poderes públicos da obrigação de contribuir para combater o fenómeno de forma eficaz e no respeito pela dignidade humana...

Devido a circunstâncias históricas e geográficas diversas (tal como o predomínio de estruturas agrárias, ou a penalizadora pulverização do território por 9 ilhas, submetidas além do mais ao abandono e isolamento salazaristas por 48 anos), mas também devido ao cariz neoliberal de muitas das políticas praticadas após o 25 de Abril pelos governos do PSD e do PS, nos Açores, apesar das grandes conquistas sociais da revolução, o risco de pobreza é o maior do país e portanto é também o maior do país o número de beneficiários do rendimento social de inserção, conhecido por “rendimento mínimo”.

São 15.000 os seus beneficiários, representando cerca de 7% da população (mais de 10% no caso da ilha de S. Miguel). Não há em média nestas ilhas mais beneficiários do rendimento mínimo do que no resto do país (cerca de 2% da população) por haver mais “preguiçosos”, mas sim por haver mais pobres. Tal não tem sido, entretanto e de forma deliberada, o entendimento de muita gente ligada ao poder económico dominante ou aos partidos de direita (PSD, CDS-PP e PPM), que espalham há anos a ideia de que andam uns a trabalhar para dar boa vida àqueles que nada querem fazer.

Com as recentes eleições regionais e a entrada na arena política de dois apêndices da direita tradicional, a Iniciativa Liberal e o Chega, sob a bandeira comum à direita e extrema-direita do imperativo considerado

“moral” pelos neoliberais de, por qualquer forma, reduzir a subsidiodependência social, reforçou-se muito esta tônica divisionista e estigmatizadora da pobreza no seio da comunidade. Dividir para reinar, como mandam os clássicos, assim se assegura a divisão entre as classes baixas descontentes com a sua situação, e mais verbas se canalizam para satisfazer as outras e insaciáveis subsidiodependências de certos empresários, incluindo os maiores, através de múltiplos programas de apoio (SIDER, COMPETIR+, incentivos vários, participações diversas para construir hotéis, para o ensino ou a saúde privados), a que deverão acrescentar-se agora todos os outros apoios resultantes das dificuldades geradas pela pandemia.

Os próximos governantes das direitas coligadas começaram mal ao fingir desconhecer que o rendimento mínimo por cabeça nos Açores é o menor do país (86,11 €). Que mais de 20% dos beneficiários trabalham, sendo em geral mulheres e tendo salários muito baixos, ou empregos muito precários ou famílias muito grandes. Que cerca de 33% são crianças até aos 15 anos. Que muitos outros são idosos, doentes, ou pensionistas com pensões de miséria.

Que querem? Aos beneficiários do rendimento mínimo juntar os novos pobres que a pandemia está a gerar e, muito simplesmente, mandá-los todos passar fome ou pedir esmola para a rua como no tempo de Salazar? A vossa grande bandeira programática do combate à subsidiodependência significa afinal assegurar que no futuro os pobres fiquem ainda mais pobres? | **Mário Abrantes** ●



Os próximos governantes das direitas coligadas começaram mal ao fingir desconhecer que o rendimento mínimo por cabeça nos Açores é o menor do país (86,11 €).

Exposição

“Ensaio sobre o retorno”

A arte da reciclagem na Casa do Arcano



A Casa do Arcano, na Ribeira Grande, recebe, até dezembro, a exposição “Ensaio sobre o retorno”, de Catarina Alves. A mostra apresenta um conjunto de peças escultóricas que nascem da simbiose de materiais reciclados. A artista recorre ao plástico, papel e vidro para dar asas à criatividade, apresentando o retorno dos materiais reciclados a uma nova utilidade. O “Ensaio sobre o retorno” não pretende ser um ensaio filosófico, apenas uma demonstração da visão da artista sobre o impacto ambiental dos resíduos que produz e qual o seu destino final. É o processo pessoal de repensar os hábitos de consumo, buscando a consciência do peso dos atos no ecossistema e consequente impacto nas gerações vindouras. A exposição traduz a necessidade de partilhar a visão que tem do mundo em que vivemos, utilizando resíduos como o plástico, o papel e o vidro. Pretende ainda demonstrar a potencialidade destes materiais e, de certa forma, mitigar o impacto, ao revalorizar materiais. Catarina Alves é natural da Candelária, concelho de Ponta Delgada. Formada em Escultura pela Faculdade de Belas- Artes de Lisboa, já realizou diversas exposições individuais e coletivas e está representada em coleções particulares e em instituições públicas. É, também, a criadora dos troféus da Gala do Desporto de Ponta Delgada, desde 2013. A Casa do Arcano integra um conjunto de valências que constituem o Núcleo Museológico da Ribeira Grande – estrutura patrimonial polinucleada, que, desde 1986, estuda, conserva e explica à comunidade o espaço e o tempo no concelho da Ribeira Grande, desde a sua formação e evolução geológica, passando pelas suas vertentes histórica, geográfica, antropológica e sociológica, até ao presente. ●

Exposição

“O Faial no Feminino”

Exposição no Museu da Horta

O Museu da Horta apresenta, até ao último dia do ano, na Casa Manuel de Arriaga, a exposição temática O Faial no Feminino - do século XIX ao início de século XX, de Sónia Patrícia Melo Rosa. A mostra, com instalação produzida pelo Museu, decorre no âmbito do relatório de estágio do mestrado “Património, Museologia e Desenvolvimento”, da Universidade dos Açores, e é constituída por cinco núcleos informativos, com diversos artefactos, cuja investigação científica constrói uma narrativa única sobre as mais diversas vertentes da vida da mulher na ilha do Faial, ao longo do século XIX e início do século XX. ●

A exposição pode ser visitada de terça-feira a domingo, das 09h30 às 17 horas.



Livros

Apresentado 3º volume

Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical: 1990-2003

A CGTP-IN apresentou, recentemente, em Lisboa, no âmbito do programa comemorativo do seu 50.º aniversário, o 3.º volume do livro *Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical: 1990-2003*. Escrito por dirigentes que acompanharam de perto, na CGTP-IN, nos sindicatos, nas uniões, nas federações e nos vários setores de atividade, as lutas, as iniciativas e os acontecimentos daquele período, este trabalho sintetiza e caracteriza os “Anos de Saque ao Setor Público e Roubo de Direitos Laborais”. Nas dez partes que lhe dão forma, estão contempladas as grandes questões políticas, económicas e sociais que marcaram treze anos de ação sindical protagonizada pela CGTP-IN: a redução do tempo de trabalho, nomeadamente a luta pelas 40 horas semanais; a participação da Central na Comissão Permanente de Concertação Social (CPCS); a defesa das funções sociais do Estado e da justiça fiscal; a criação da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça (EPBJC); as relações internacionais dos trabalhadores portugueses; os congressos; a organização sindical e a compra da sede histórica da CGTP-IN.

A última parte põe em evidência as ideias-chave que, no ano em que a CGTP-IN celebrava o seu 25.º aniversário, em 1995, transpareciam dos debates sobre o tema do sindicalismo, problematizando a sua actualidade no caminho percorrido pelo movimento sindical desde o início da década de 1990. Várias imagens de arquivo testemunham algumas das lutas e iniciativas referidas ao longo da obra. Recorde-se que os dois primeiros volumes foram publicados em 2011 (*Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical: das Raízes até 1977*) e em 2016 (*Contributos para a História do Movimento Operário e Sindical: 1977 a 1989*). ●



Música

“Angra, 50 Anos, Depois...”

“Angra, 50 Anos, Depois...” é um espetáculo de Carlos Alberto Moniz, produzido especialmente para a cidade onde nasceu. 50 anos depois, em Angra do Heroísmo, Carlos Alberto Moniz recria-se a cada nota, juntando a música Açoriana, os autores que, desde sempre, cantou e os valores pelos quais lutou, elevando os silêncios, as respirações e as harmonias que ecoam um pouco por todas as canções, levando à descoberta duma inesperada tensão que une a palavra e a música. Para festejar este meio século de música, meio século de ilhéu, meio século de história, Carlos Alberto traz à sua cidade natal o Vitorino Salomé, o Dani Silva, o Pedro Jóia, o Samuel Quedas e a Lúcia Moniz, numa noite de memórias viradas para o futuro. O palco é partilhado com o Hugo Carvalhais, no contrabaixo, Carlos Lopes, no Acordeão e Jair Pina, na percussão, músicos de excelência que fazem a fusão entre o jazz e a música popular, num movimento dialéctico entre autores reconhecidos e novas formas de ver e sentir... o AMOR. Recusando parar no passado, Carlos Alberto apresenta “O AMOR VIRÁ MAISTARDE”, um trabalho diferente do caminho musical que lhe conhecemos, mostrando o constante movimento e crescimento

artístico que o faz continuar a compor e a criar. O acesso ao público será efetuado faseadamente, entrando primeiro os detentores de bilhetes pares, e, de entre estes, os dos lugares mais afastados da entrada. Assim sendo, entrarão primeiro os bilhetes pares por esta ordem: bancada lateral par, bancada diagonal par, bancada central par, plateia lateral par, plateia diagonal par e plateia central par. Os ímpares obedecem à mesma lógica de sentar primeiro o público que ficará mais distante das portas de entrada: bancada central ímpar, bancada diagonal ímpar, bancada lateral ímpar, plateia central ímpar, plateia diagonal ímpar e, por último, os detentores de bilhetes para a plateia lateral ímpar. A saída será igualmente faseada e orientada pelo pessoal de sala, devendo o público aguardar, nos seus lugares, até ter indicação para abandonar a sala. É obrigatório o uso de máscara e a desinfeção das mãos à entrada. ●

Bilhetes à venda a partir de 6 de dezembro, no edifício dos Paços do Concelho, entre as 8h30 e as 16h00, e na própria bilheteira do CCCAH, que abre uma hora e trinta minutos antes do início dos concertos programados para as 21h30.



Livros

Ultramar na Pele, de Diana Gomes e Rui Caria

O livro “Ultramar na Pele”, de Diana Gomes (texto) e Rui Caria (fotos), foi apresentado recentemente em Angra do Heroísmo. A sessão decorreu no Claustro da Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira, no âmbito do “Outono Vivo”, uma obra inédita e pioneira que mostra como a História também se impregna na pele. Ilustrada com belas fotografias de Rui Caria, fala-nos de homens que transportam na sua pele imagens e testemunhos da guerra colonial. Tatuagens que Diana Gomes, expert na matéria, analisa com rigor técnico e apreciação estética, desvendando também as histórias que vivem por detrás de cada uma. Ultramar na Pele foi editado pelo Instituto Açoriano de Cultura.



Exposição

Coleções e Museus: da Curiosidade ao Conhecimento

A exposição *Coleções e Museus: da Curiosidade ao Conhecimento* apresenta, até 21 de fevereiro, uma significativa quantidade de peças, curiosas e bizarras, que, quer pela sua singularidade, quer pela sua profusão, evocam os princípios fundacionais dos pioneiros projetos museológicos e ocorre no contexto do encerramento das comemorações dos 70 anos da criação do Museu de Angra do Heroísmo. ●

Música

Gala de Ópera assinalou reabertura do Teatro Ribeiragrândense

A *Gala de Ópera*, interpretada pelo coro sinfónico do Coral de São José, sob direção artística de Luís Filipe Carreiro, acompanhado por Helena Castro Ferreira (soprano) e Svetlana Pascoal (pianista), assinalou, no passado mês de outubro, a reabertura do Teatro Ribeiragrândense, após obras de remodelação, e o regresso dos espetáculos, após mais de meio ano de interregno, devido à pandemia. ●



FENPROF

a maior força nacional dos professores,
educadores e investigadores

FENPROF



NORTE



região centro



SPGL



SPZS



MADEIRA



região açores



SPE



- + direitos
- + força coletiva
- + unidade profissional
- + capacidade de reivindicação
- + proteção jurídica
- + exploração
- + precariedade

- + vantagens
- + regalias sociais
- + benefícios fiscais
- + protocolos em todo o país

Ser Sindicalizado após a Aposentação

Mantém-te sindicalizado(a) e poderás, ainda, continuar a usufruir dos benefícios fiscais (o desconto de 0,3% é automaticamente dedutível no valor da pensão e bonificado para efeitos de IRS), bem como dos protocolos estabelecidos pelo teu Sindicato que abrangem seguros e serviços de saúde, crédito, condições vantajosas de aquisição de serviços e equipamentos, acordos com agências de viagens, entre muitas outras regalias sociais.

Para continuares sindicalizado(a), basta preencheres a ficha de desconto direto da quota que será feito a partir da CGA e envia para o teu sindicato. Caso aches preferível, contacta o teu sindicato

A nossa luta é também a luta conjunta pela dignidade de toda a sociedade.

É um ato solidário que devemos continuar a valorizar, como sempre fizemos na nossa profissão.

